

Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento da Agricultura

Um estudo preliminar sobre o Programa ProSavana, em Moçambique, com implicações para as Florestas

Sigrid-Marianella Stensrud Ekman
Carmen Stella Macamo



PROGRAMA DE
PESQUISA SOBRE
Florestas, Árvores e
Agroflorestas

Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento da Agricultura

Um estudo preliminar sobre o Programa ProSavana, em
Moçambique, com implicações para as Florestas

Sigrid-Marianella Stensrud Ekman
Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

Carmen Stella Macamo
Universidade Eduardo Mondlane

Documento de Trabalho 216

© 2016 Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)



O conteúdo desta publicação é licenciado sob Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

DOI: [dx.doi.org/10.17528/cifor/006293](https://doi.org/10.17528/cifor/006293)

Ekman S-MS e Carmen Stella Macamo. 2016. *Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento da Agricultura: Um Estudo Preliminar sobre o ProSavana em Moçambique, com Implicações para as Florestas*. Documento de Trabalho 216. Bogor, Indonésia: CIFOR.

Tradução de: Ekman S-MS, and Carmen Stella Macamo. 2014. *Brazilian Development Cooperation in Agriculture: A Scoping Study on ProSavana in Mozambique, with Implications for Forests*. Working Paper 138. Bogor, Indonesia: CIFOR.

CIFOR
Jl. CIFOR, Situ Gede
Bogor Barat 16115
Indonésia

T +62 (251) 8622-622
F +62 (251) 8622-100
E cifor@cgiar.org

cifor.org

Gostaríamos de agradecer a todos os parceiros financeiros que apoiaram esta pesquisa através de suas contribuições ao Fundo do CGIAR. Para uma lista dos doadores do Fundo, veja: <http://www.cgiar.org/about-us/our-funders/>

Todos os argumentos expostos nesta publicação são atribuídos aos autores e não necessariamente representam a posição do CIFOR, instituições representadas pelos autores ou financiadores desta publicação.

Índice

Abreviaturas	v
Agradecimentos	vi
Resumo executivo	vii
1 Introdução	1
1.1 Revisão Bibliográfica do ProSavana	1
1.2 O Brasil como um doador emergente	1
1.3 Brasil e Japão no setor agrícola de Moçambique	2
1.4 Agricultura em Moçambique	3
2 Metodologia	8
3 O Programa ProSavana	10
3.1 Visão geral	10
3.2 Principais componentes do programa ProSavana	10
3.3 Do PROCEDER ao ProSavana	13
3.4 Estratégias territoriais e modelos agrícolas	15
3.5 Projetos de Impacto Rápido (ProSavana-PD)	20
3.6 Um "grande empurrão" agrícola	22
3.7 Projetos-piloto de agronegócio: modelos para cooperação	23
3.8 O ProSavana em relação ao PEDSA	27
3.9 Culturas apoiadas pelo ProSavana	29
4 ProSavana, florestas e comunidades	30
4.1 Estabelecimento de agricultura em grande escala	30
4.2 Princípios de Investimento Agrícola Responsável (PRAIs)	32
4.3 Mudança para uma agricultura permanente	33
4.4 Registro de DUATs e criação de um banco de dados sobre a terra	34
4.5 Os impactos potenciais sobre a floresta Miombo	36
4.6 Perspectivas das organizações da sociedade civil	41
4.7 Rumores de grilagem de terras devido ao ProSavana	41
5 Conclusão	43
Referências	45

Listade figuras, tabelas e quadros

Figuras

1	Mapa da área de implementação do ProSavana.	11
2	Categorias de vulnerabilidade socioambiental de 19 distritos abrangidos pelo ProSavana.	16
3	Mapa dos tipos de manejo adequados nos distritos abrangidos pelo ProSavana.	17
4	Mapados clusters propostos na área do ProSavana.	18
5	Florestas produtivas em Moçambique.	37
6	Cobertura florestal da área do ProSavana.	37
7	A área estimada do projeto PIR 26.	39

Tabelas

1	Síntesedos Programas Brasileiros de Assistência Agrícola em Moçambique.	2
2	Definição dos tamanhos das propriedades agrícolas.	4
3	Rendimentos médios atuais e potenciais no norte de Moçambique (tons/hectare).	5
4	Acesso dos agricultores a insumos agrícolas em Moçambique.	5
5	Entrevistas com informantes-chave realizadas para o estudo preliminar.	8
6	Distritos de Moçambiqueabrangidos pelo ProSavana.	10
7	Síntese dos componentes do ProSavana.	11
8	Fatores para estratégias territoriais.	15
9	Tipos de manejo estabelecidos no plano estratégico preliminar do ProSavana.	16
10	Clusters potenciais no Corredor de Nacala.	18
11	Síntese dos clusters e estratégias territoriais.	19
12	Projetos de Impacto Rápido propostos no Plano Diretor preliminar.	21
13	Projetos-piloto doProSavana para agricultura contratual/modelos de terceirização.	23
14	Síntese dos PIRs do ProSavana e as necessidades identificadas no PEDSA	28
15	Cobertura florestal e taxas de desmatamento em províncias abrangidas pelo ProSavana.	38

Quadros

1	Lozane e Matharia Empreendimentos.	24
2	Áreas classificadas como sensíveis pelas diretrizes do JICA.	38

Abreviaturas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
CAADP	Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana
CLUSA	Liga das Cooperativas dos Estados Unidos da América
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
DNTF	Direção Nacional de Terras e Florestas
DPA	Departamento Provincial de Agricultura
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EU	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GAPI	Gabinete de Consultoria e Apoio à Pequena Indústria
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
MCA	Conta do Desafio do Milênio
MICOA	Ministério para Coordenação da Ação Ambiental
MINAG	Ministério da Agricultura
MoU	Memorando de Entendimento
NGO	Organização Não Governamental
ORAM	Associação rural de Ajuda Mútua
PDIF	Fundo da Iniciativa de Desenvolvimento do ProSavana
PEDSA	Plano Estratégico para Desenvolvimento do Setor Agrário
PRAI	Princípios de Investimento Agrícola Responsável
QIP	Projetos de Impacto Rápido
UCA	União das Cooperativas e Associações de Lichinga
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAC	União Nacional de Camponeses
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WFO	Organização Mundial de Agricultura

Agradecimentos

A pesquisa apresentada neste artigo foi realizada como parte do projeto “Economias Multinacionais Emergentes: Novas tendências de Desenvolvimento Sul-Sul e as Florestas Africanas”, financiado pela GIZ (Contrato nº 81.141.285). A equipa de pesquisa expressa sua gratidão a todos aqueles que apoiaram o projeto e tornaram essa pesquisa possível. Gostaríamos de agradecer a todos os informantes-chave por terem dedicado parte de tempo para compartilhar conosco seus conhecimentos de valor inestimável e contatos. Agradecimentos especiais vão para IIAM, tanto em Maputo como em Nampula, por nos receberem e fornecerem informações detalhadas; o Departamento Provincial de Agricultura em Nampula por sua ampla assistência; a equipe do ProSavana por ultrapassar todas as nossas expectativas para acomodar nossa pesquisa; Dr. Mario Falcao na Universidade do Eduardo Mondlane em Maputo por apoiar a implementação do projeto de pesquisa; ORAM, UGCN e a Plataforma da Sociedade Civil Nampula por nos convidar e incluir em suas discussões; e os agricultores que nos receberam e compartilharam conosco suas perspectivas. Também estendemos nossos agradecimentos a Louis Putzel e George Schoneveld por suas contribuições e comentários sobre o relatório final.

Resumo executivo

Este estudo faz parte de um projeto maior, Novas Tendências de Desenvolvimento Sul-Sul e a Floresta Africana, realizado no Gabão, Moçambique e Camarões. Em Moçambique, o projeto centrou-se no programa trilateral ProSavana Brasil-Japão-Moçambique. Quando o estudo teve início, havia pouca informação ou trabalho anterior sobre o tema. Este estudo deve, portanto, ser tratado como um estudo preliminar. Durante o curso deste estudo preliminar, apenas alguns artigos baseados em pesquisa de campo foram publicados, e os primeiros resultados deste estudo são, em grande parte, de acordo com esta pesquisa. Este trabalho complementa a literatura existente, adicionando profundidade através de entrevistas de campo em Nampula e Zambézia, bem como uma análise dos relatórios preliminares do ProSavana, que se tornaram disponíveis em maio de 2013.

O ProSavana é principalmente um programa de assistência agrícola, com investimentos limitados previstos para a silvicultura. O seu objetivo é transformar o setor agrícola no norte de Moçambique ao longo do Corredor de Nacala em uma indústria competitiva e sustentável, através da promoção de investimentos privados, em cooperação com o setor público. Essa transformação tem impactos potenciais sobre o ecossistema da floresta moçambicana dominada por espécies de árvores leguminosas do miombo e os interesses econômicos de pessoas que derivam benefícios dessas florestas.

O ProSavana tem sua origem no programa de desenvolvimento agrícola PROCEDER, que foi implementado na região do Cerrado do Brasil nos anos de 1970 e 1980. Através do desenvolvimento e aplicação de tecnologias de pesquisa agrícola, o Cerrado, com seus solos inférteis foi transformado em um centro agrícola global. O projeto foi aclamado como um sucesso em termos de produção agrícola.

No entanto, a transformação do Cerrado não aconteceu sem críticas. Embora a área seja pouco povoada, observou-se que as comunidades nativas têm sido marginalizadas. Outra crítica do desenvolvimento agrário é que esse ameaça a savana indígena e sua biodiversidade. Tais críticas questionam se é desejável replicar o modelo do Cerrado no norte de Moçambique, e, na verdade, se esse é replicável, dadas as diferenças socioeconômicas e ambientais entre as duas regiões.

Este artigo apresenta grandes equívocos sobre o que o programa ProSavana é, e que modelos agrários serão implementados no âmbito do programa. A inadequação da equipe do ProSavana em comunicar de maneira eficaz a missão, os métodos e o conteúdo do programa têm levado a sociedade civil a olhar para o PROCEDER em busca de pistas sobre como o ProSavana vai se desenvolver em Moçambique. No entanto, os resultados de visitas de campo, entrevistas com várias partes interessadas e uma revisão dos documentos do projeto ProSavana apresentados neste estudo são de que o ProSavana não será uma réplica do PROCEDER e que as estratégias propostas se alinham bem com a estratégia agrária de Moçambique, conhecida como PEDSA e, por extensão do Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP). O ProSavana deve, portanto, ser avaliado em seu próprio mérito.

Todas as transformações generalizadas carregam o risco de ter impactos adversos sobre certos grupos ou localidades. Embora o programa concentre-se principalmente em proprietários de pequena e média escala, e na promoção da agricultura contratual e esquemas de fomento onde escalas maiores são recomendadas, surgem ameaças de reassentamento e desmatamento. As estratégias elaboradas como parte do programa ProSavana foram desenvolvidas a partir de pesquisa de campo sobre as condições agrárias, socioeconômicas e ambientais na zona do programa, realizadas pelas equipes do programa ProSavana, e os planos do projeto incluem atividades que visam mitigar qualquer impacto adverso. No entanto, devido aos fracos sistemas institucionais em Moçambique, a experiência indica que os planos

e regulamentações, embora perfeito no papel, muitas vezes assumem uma forma diferente quando colocados em prática; sendo que os grupos mais vulneráveis, muitas vezes correm o risco de não terem a oportunidade de se reunir com os investidores. Portanto, a sociedade civil tem um grande papel a desempenhar para garantir que as atividades do ProSavana atinjam seus objetivos ambientais e sociais. A equipe do programa poderia se beneficiar de um pensamento inovador para assegurar que os planos escritos sejam implementados como esperado.

1 Introdução

1.1 Revisão Bibliográfica do ProSavana

A literatura existente sobre o programa ProSavana é limitada, embora o interesse da mídia e de pesquisas sobre o ProSavana estejam crescendo. Muitas avaliações do ProSavana foram baseadas, principalmente, na experiência brasileira com o PROCEDER, na tentativa de entender como o PROCEDER iria atuar no contexto de Moçambique, ao invés de basear-se em informações factuais sobre o próprio programa ProSavana.

Durante a produção deste documento, a informação disponível sobre o ProSavana incluía um documento sobre obra pública, várias brochuras informativas, documentos preliminares do projeto que foram vazados para o público e atas de reuniões assinadas pelos três países. Além disso, a equipe do ProSavana realizou vários seminários de informação para a sociedade civil e partes interessadas, e o Instituto de Pesquisa Internacional JICA lançou uma série de artigos sobre a Cooperação Triangular do Japão e ProSavana (Hosono 2012; Sakaguchi 2012; Makino 2013).

Além disso, alguns artigos baseados em pesquisa de campo foram publicados durante o curso do estudo preliminar, principalmente pelo *The Future Agricultures Consortium* (Cabral and Shankland 2013; Chichava et al 2013), Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Fingerman 2013) e o Observatório do Meio Rural (Jaientilal 2013). As primeiras conclusões deste estudo estão, em grande parte de acordo com os resultados destes trabalhos de pesquisa. Além disso, a Universidade de Tóquio publicou uma análise crítica do discurso sobre as fontes japonesas públicas iniciais sobre o ProSavana (Funada Classen 2013).

As seções seguintes descrevem o contexto da agricultura em Moçambique, no qual o ProSavana será implementado e a emergência do Brasil como um doador. Isto é seguido por uma discussão sobre o que o ProSavana envolve um olhar mais profundo para alguns dos aspectos socioambientais do programa.

1.2 O Brasil como um doador emergente

O Brasil emergiu como o terceiro maior país credor em desenvolvimento que concede empréstimos a países de baixa renda, depois da Índia e China (Cabral and Weinstock 2010), embora ainda opere em uma escala muito menor do que os doadores tradicionais do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (OCD 2012). Em 2009, o Brasil distribuiu US\$362 milhões como ajuda, com a grande maioria destinada a instituições multilaterais (Cabral e Shankland 2013). Como a cooperação técnica é o principal componente de ajuda não multilateral, uma série de ministérios e instituições tendem a se envolverem em projetos, com o mandato geral estando a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (John de Sousa 2010; Cabral and Shankland 2013).

O modelo de assistência brasileira é baseado na procura e nos princípios da não interferência. Cabral and Shankland (2012) descrevem o modelo simplesmente como um conjunto de princípios orientadores gerais, sem uma política explícita para a cooperação agrícola brasileira. Eles argumentaram que essa “política de não política” tornou difícil avaliar a eficácia da ajuda do Brasil e faz com que a abordagem brasileira à cooperação para o desenvolvimento seja altamente fragmentada (Cabral and Shankland 2013). Até à data, com exceção de um posto de cooperação agrícola em Moçambique, a ABC não tem nenhuma representação formal no exterior, e seu poder de dirigir e monitorar o progresso da ajuda brasileira é limitado (Cabral and Shankland 2013).

Mais de metade da ajuda do Brasil é canalizada para a África, com uma clara ênfase nos países lusófonos (Cabral and Shankland 2013). Quatro dos cinco principais beneficiários africanos da ajuda brasileira são nações de língua portuguesa, sendo Moçambique o maior beneficiário (Chichava et al. 2013). O Brasil tem 38 países parceiros agrícolas na África, mais uma vez sendo Moçambique o maior beneficiário da ajuda brasileira (Cabral and Shankland 2013). A ascensão do Brasil como um doador para além das Américas pode ser rastreada para o foco do ex-presidente brasileiro Lula Silva na diplomacia na África, através da cooperação Sul-Sul; o presidente em exercício Dilma Rousseff deu continuidade a essa abordagem (Cabral and Shankland 2013). No entanto, Cabral and Shankland (2013, 8) também notaram uma sutil mudança no papel do Brasil como um doador em direção a uma abordagem mais pragmática, que procura combinar altruísmo com negócio, afirmando que “há uma ênfase explícita sobre as oportunidades comerciais e de investimento para empresas brasileiras”.

Aproximadamente 20% do orçamento de cooperação técnica do Brasil vai para projetos agrícolas (Bloomberg 2012), com foco na agricultura atribuível em parte ao próprio sucesso do Brasil na transição de importador líquido de alimentos para exportador de alimentos (Cabral and Shankland 2012).

1.3 Brasil e Japão no setor agrícola de Moçambique

Embora a presença do Brasil em Moçambique como um doador é relativamente recente, ele tem vários programas agrícolas em curso lá. Em 2011, o Brasil estava envolvido em 21 projetos de cooperação técnica em Moçambique, com sete projetos de desenvolvimento agrícola em curso em 2013 (Tabela 1) (Chichava et al. 2013).

A maioria dos programas de assistência agrícola do Brasil foi realizada em cooperação com o Ministério de Agricultura de Moçambique (MINAG) e do Instituto de Pesquisa Agrária de Moçambique IIAM.

Tabela 1. Síntese dos Programas Brasileiros de Assistência Agrícola em Moçambique.

Nome do projeto	Instituição moçambicana	Instituição técnica brasileira	Bilateral / Trilateral
Capacitação técnica da agricultura de conservação	IIAM/MINAG	Embrapa Cerrados (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)	Trilateral (com CIRAD)
Plataforma (fortalecimento da pesquisa pecuária)	IIAM/MINAG	Embrapa	Trilateral (USAID)
ProSavana	IIAM/MINAG	Embrapa	Trilateral (JICA)
ProAlimentos (abordando objetivos de segurança alimentar no cinturão verde de Maputo)	IIAM/MINAG	Embrapa	Trilateral (USAID)
Bancos comunitários de sementes nativas	MINAG, UNAC, Ministério de Planeamento e Desenvolvimento (MPD)	IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)	Bilateral
Mais Alimentos África	MINAG	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Bilateral
Programa de Aquisição de Alimentos	Ministério de Educação e Cultura (MEC)	Ministério do Desenvolvimento Social	Trilateral (FAO e WFO)

Fonte: Cabral et al. (2013)

Uma característica emergente da assistência brasileira é o uso de cooperação triangular para levar a cabo projetos e programas. Além do programa ProSavana, envolvendo o Japão, o ABC tem um programa de cooperação técnica triangular com a USAID sobre a saúde (HIV) e segurança alimentar. O Brasil está abordando a cooperação para o desenvolvimento através de acordos trilaterais em outros países também, com parcerias semelhantes em Angola, Cabo Verde, Botswana, Madagascar, Tanzânia, São Tomé e Príncipe, Benin, República do Congo, Gana e Gabão (ABC website: <http://www.abc.gov.br>). Até setembro de 2011, Brasil e Japão participava em 13 programas de desenvolvimento em conjunto (Hosono 2012). Portanto, a cooperação trilateral subjacente no ProSavana não representa nada de novo ou original, embora seja o maior e mais ambicioso projeto do gênero até essa data.

A justificativa para programas de desenvolvimento trilaterais em setores como agricultura e saúde encontra-se na construção de conhecimento que outros países em desenvolvimento têm coletado sobre como enfrentar os desafios comuns em áreas tropicais. Como a maioria das nações desenvolvidas se encontram fora dos trópicos, essas têm pouco conhecimento sobre os problemas específicos de muitos países em desenvolvimento; o argumento, então, é que as parcerias trilaterais irão garantir que experiências valiosas sejam aproveitadas (Hosono 2012).

Do ponto de vista do Japão, a cooperação triangular com o Brasil coloca o Brasil na posição de agir como uma ponte cultural entre o Japão e Moçambique. Dada a diáspora japonesa no Brasil, o Brasil possui considerável experiência para lidar com as diferenças culturais entre Moçambique e Japão. A participação ativa do Japão na revolução agrícola brasileira oferece mais uma razão para os três países trabalharem juntos na agricultura.

1.4 Agricultura em Moçambique

O setor agrícola é importante para a economia moçambicana, representando cerca de 25% do PIB de Moçambique e empregando mais de 80% da população adulta (Paul et al. 2012). O setor agrícola é particularmente importante para as mulheres, com 90% da força de trabalho feminina, dependendo de atividades agrícolas para sua subsistência. A pobreza rural está diretamente ligada às restrições do desenvolvimento agrícola, sendo que a grande maioria das famílias rurais depende da agricultura para alimentos e renda. O governo de Moçambique observou que o desenvolvimento do setor agrícola é fundamental para melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza (MINAG. 2010).

No entanto, embora a agricultura é a espinha dorsal da sociedade moçambicana e importante para a economia, o setor está aquém de seu potencial. Os agricultores continuam a usar os meios tradicionais para a produção, que, juntamente com as crescentes pressões da população e baixo uso de insumos, tem retornos marginais.

1.4.1 Escala da agricultura e tamanho de propriedades

Os pequenos agricultores dominam o setor agrícola de Moçambique: 99,6% das propriedades rurais de Moçambique cobrem uma área de menos de 10 ha, com 72% delas menores do que 2 ha (Hanlon and Smart 2012). Além disso, 95% da produção agrícola total é proveniente de famílias rurais (propriedades rurais pequenas e médias); os outros 5% são provenientes de cerca de 400 grandes propriedades rurais comerciais, que produzem culturas de rendimento, como o açúcar, tabaco e chá (MINAG 2010). As definições oficiais de pequenas, médias e grandes propriedades rurais estabelecidas, fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a partir de seu censo agrícola, são apresentadas na Tabela 2.

É importante notar que a noção de grandes propriedades rurais em Moçambique (média de 85 ha) é bastante diferente do que no Brasil, onde grandes propriedades rurais no Cerrado têm em média 13.000 ha por moinho, a média do tamanho das propriedades é de 1000 ha e mais de 1000 propriedades rurais operam em mais de 100 000 ha (Deininger and Byerlee 2011). O tamanho médio das propriedades rurais

Tabela 2. Definição dos tamanhos das propriedades agrícolas.

Escala	Terras não irrigadas	Terras irrigadas	Pecuária	Dimensão média
Pequenas propriedades	<10 ha	<5 ha	<10 gado, <50 ovelhas/cabras/porcos <2000 frango	1.4 ha
Médias propriedades	10–50 ha	5–10 ha	10–100 gado 50–100 ovelhas/cabras/porcos / 2000–10,000 frango	5 ha
Grandes propriedades	>50 ha	>10 ha	>100 gado >100 ovelhas/cabras/porcos >10,000 frango	85 ha

em Nampula e Zambézia está bem abaixo da média nacional, com 1,25 ha e 1,29 ha, respectivamente; em contraste, o tamanho médio das propriedades rurais em Niassa (1,89 ha) está acima da média nacional. A densidade populacional é um fator significativo no tamanho médio das propriedades rurais, com Nampula tendo uma densidade de 54,1 habitantes por km quadrado, Zambézia 40,1 habitantes e Niassa apenas 10,5 habitantes (Relatório Intercalar do ProSavana-PD, seção 4.1). A densidade populacional varia muito entre os distritos ao longo do Corredor de Nacala, onde espera-se que o programa ProSavana seja implementado, variando de apenas 2,6 habitantes / km² em Majune para 97,2 habitantes / km² em Monapo (Ministério de Administração Estatal, Relatório Intercalar do ProSavana-PD, seção 4).

1.4.2 Rendimentos em declínio

Embora Moçambique seja uma das economias que mais cresce no mundo, o setor agrícola tem ficado aquém. Rendimentos de alimentos básicos estagnaram em nível nacional e, no norte de Moçambique, incluindo ao longo do Corredor de Nacala, os rendimentos médios de culturas importantes como a mandioca, milho, sorgo, trigo e arroz têm caído (Paul et al. 2012), mesmo que a região possua solos férteis e elevado potencial para o desenvolvimento agrícola. Atualmente, a produtividade agrícola de Moçambique está entre as mais baixas do mundo, e está classificada abaixo da média regional. Algumas estimativas colocam a produtividade atual em apenas um quarto dos rendimentos potenciais (Aabo and Kring 2012). As estimativas de rendimentos reais (para a região Norte) e rendimentos potenciais para algumas das principais culturas produzidas em Moçambique são fornecidas na Tabela 3. Moçambique continua a ser um importador líquido de alimentos e tem um alto grau de insegurança alimentar.

Paul et al. (2012) atribuiu o forte crescimento no setor agrícola durante os anos 1990 à expansão das práticas de cultivo, com o retorno de pessoas para as áreas rurais no final da guerra civil. Esses ganhos estão chegando a um patamar, uma vez que é cada vez mais difícil de melhorar os rendimentos totais por meio da expansão, especialmente em áreas com alta densidade populacional e aumento da pressão sobre a terra devido ao crescimento populacional.

De acordo com o censo populacional de 2007, o crescimento populacional em Niassa e Nampula é muito mais rápido do que a média nacional que se situa em torno de 2,6% (Paul et al. 2012). Durante o período de 1997-2007, a população cresceu entre 3,4% e 5,7 % ao ano em Nampula e Niassa, respectivamente (ibid). A combinação de rápido crescimento populacional e limitada disponibilidade de terra está forçando os agricultores a expandir o cultivo em terras marginais. Como resultado, a produtividade das culturas não pode acompanhar o crescimento da população, particularmente nas províncias de população densa de Nampula e do norte da Zambézia (ibid).

Além disso, a agricultura em Moçambique é caracterizada pela baixa utilização de insumos, como visto na Tabela 4 (Aabø e Kring 2012). A falta de insumos significa que a terra deve repousar durante longos períodos para recuperar sua fertilidade.

Tabela 3. Rendimentos médios atuais e potenciais no norte de Moçambique (tons/hectare).

Cultura	Rendimento médio (t/ha)	Rendimento potencial (t/ha)
Milho	0.73	>4.5
Arroz	0.92	>4.5
Feijão	0.63	>1
Sorgo	0.41	>1.5
Algodão	0.4	>1.5
Soja	1.5	>2.5

Fonte: MINAG (2010), Pauw et al. (2012)

Tabela 4. Acesso dos agricultores a insumos agrícolas em Moçambique.

Insumos	Agricultores com acesso (%)
Fertilizantes	4%
Pesticidas	7%
Sementes melhoradas	3–10%
Arados	1.8%
Acesso a tratores	1.6%
Tração animal	12%
Acesso à irrigação	13%

Fonte: MINAG (2010); Aabø and Kring (2012); Pauw et al. (2012)

Moçambique tem um enorme potencial para a agricultura irrigada, com 3,3 milhões de hectares de terra arável viáveis para a irrigação. No entanto, apenas 3,6%, ou 120.000 ha, dessas terras são irrigadas, e menos da metade dessa área é funcional porque a maior parte da infraestrutura foi destruída ou se deteriorou, como resultado da guerra civil (MINAG 2010). Apenas 13% dos agricultores têm acesso a algum tipo de irrigação, sendo que os principais beneficiários são as plantações de cana-de-açúcar. A grande maioria dos pequenos produtores e agricultores familiares não têm acesso à irrigação; ao invés, eles dependem principalmente da agricultura de sequeiro, o que os deixa sujeitos aos padrões climáticos (MINAG 2010).

A falta de serviços de extensão agrícola contribuí ainda mais para a estagnação do desenvolvimento do setor agrícola no norte de Moçambique. Acesso a serviços de extensão, já limitado, tem diminuído ao longo da última década: enquanto 13% dos agricultores tiveram acesso a serviços de extensão em 2003, apenas 8,3% tiveram acesso a esses serviços em 2008 (MINAG 2010); a estratégia citou um estudo do Banco Mundial, que estimou que o acesso a serviços de extensão poderia aumentar a produtividade da agricultura familiar em mais de 8%.

1.4.3 Estratégias do Governo e PEDSA 2010-2019

Embora o governo pretenda alocar 10% do orçamento nacional para as despesas reais da agricultura tem sido muito inferior a 6% (Hanlon 2011b). Em resposta ao fraco desempenho do setor, o governo elaborou vários documentos estratégicos destinados a aumentar a produtividade do setor. Em particular, o governo divulgou PEDSA, ou Plano Estratégico para o Desenvolvimento Agrícola (2010-2019), com o objetivo de “contribuir para a segurança alimentar e renda dos produtores agrícolas, de forma competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de gênero”.

O documento estratégico tem uma visão de médio / longo prazo e incorpora as prioridades estabelecidas no CAADP. Sob a abordagem definida no PEDSA (2010), o foco será a geração de cadeias de valor e uso de clusters agrícolas para promover o desenvolvimento; o desenvolvimento e a transferência de tecnologias; produção agrícola; atividades de transformação e comercialização; e gestão sustentável dos recursos naturais. PEDSA abre o caminho para uma maior intervenção do Estado no setor agrícola (Hanlon 2011b); por exemplo, o estado vai retomar seu papel como um comprador de última instância para incentivar os agricultores a investir na produção para o mercado. O documento também enfatiza a necessidade de atrair recursos financeiros sob a forma de investimentos com foco em agricultores de pequeno e médio porte (MINAG 2010). Além disso, a estratégia dá prioridade explícita às regiões mais férteis, que está mais ou menos alinhada com a área no norte de Moçambique abrangida pelo ProSavana.

A atitude oficial em relação a investimentos de terra em grande escala parece variar, refletindo a falta de consenso no governo sobre a importância de atrair investimentos de terra em grande escala. Entre 2009 e 2011, o governo parou de emitir grandes concessões de terra (mais de 1000 ha), seguindo um aumento dos conflitos e o fracasso dos investimentos existentes de produzir os benefícios esperados (Hanlon 2011a). No entanto, existe:

amplo consenso de que Moçambique tem bastante terra e água boa disponíveis e, mesmo com a mudança climática, uma precipitação adequada para alimentar-se e ser um exportador agrícola significativo. Há também um amplo consenso de que o agroprocessamento deve ser uma base para a industrialização e que o capital estrangeiro e tecnologia são necessários para aumentar a produção e produtividade agrícola. Mas o equilíbrio entre pequena e grande escala, entre investimentos estrangeiros e nacionais, e entre alimentos e outras culturas, está sujeito a um debate intenso (Hanlon 2011a, 2).

Ou seja, a questão é como investir, ao invés de questionar se os investimentos no setor agrícola são desejáveis.

1.4.4 Regulamentações sobre terra e agricultura

Conforme a Lei de terras de Moçambique, de 1997, toda a terra no país é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou alugada. No entanto, é possível manter os direitos de uso da terra, conhecido como DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), que podem ser transferidos ou herdados. DUATs podem ser adquiridos através de solicitação de terra junto ao estado, mas as pessoas também têm direitos de uso sob a terra através de ocupação comunitária regida pelo direito consuetudinário, assim como a ocupação de boa fé de pelo menos 10 anos (Kaarhus and Martins 2012). Além disso, os agricultores e as comunidades têm o direito legítimo de utilizar os direitos sobre a terra ociosa, quer como pousio ou reservada para uso futuro (Kaarhus and Martins 2012). Portanto, é possível para os agricultores que não possuem um registro de DUAT formal ter direitos legais sobre a terra que ocupam; na verdade, estima-se que aproximadamente 97% dos agricultores não possuem direitos formais sobre a terra (Relatório No.2 do ProSavana-PD, seção 3).

Os departamentos provinciais para agricultura sofrem severas restrições de recursos e a capacidade de implementar a Lei de Terras permanece adequadamente limitado. Como a maioria dos agricultores que ocupam terras não possuem direitos formais à terra, é difícil para o governo fazer estimativas exatas de onde a terra é ocupada e o registro de uso de terra mostrou-se inadequado para essa tarefa. Isso muitas vezes causa dificuldades quando as autoridades locais são solicitadas a identificar terras para investidores que procuram DUATs. Embora os pequenos agricultores têm o direito legal à terra, na ausência de formalização e consciência do seu direito, eles podem ser vulneráveis em qualquer confronto com novos investidores ou agricultores que procuram expandir suas áreas.

Os agricultores têm conhecimento limitado de seus direitos sobre a terra, e as consultas entre investidores e comunidades são às vezes uma mera formalidade, em vez de um verdadeiro diálogo

destinado a chegar a um resultado aceitável para todas as partes interessadas. Na pesquisa de campo, a organização *Spire* (Theting and Brekke 2010) entrevistou várias comunidades sujeitas a investimentos e descobriu que nenhum deles tinha recebido a compensação prometida, nenhuma tinha uma cópia de um contrato registrando o tamanho da terra doada ou a compensação prometida. O relatório, no entanto, revelou que as pessoas geralmente dão boas-vindas aos investimentos porque esses oferecem oportunidade de trabalho assalariado. Embora existam casos de investimentos que beneficiaram comunidades (Norfolk and Tanner 2007; Kaarhus and Martins 2012), parece que o sucesso de tais acordos mutuamente benéficos dependia da atitude dos investidores e do apoio dado às comunidades, em vez de requisitos legais nos regulamentos.

2 Metodologia

Pouca informação oficial sobre ProSavana estava disponível quando esta pesquisa começou. Como o programa ProSavana ainda está em seu estágio inicial, este documento de trabalho deve ser tratado como um estudo preliminar. Inicialmente, o objetivo deste relatório era observar a remodelação da produção agrícola de Moçambique através da implementação de modelo de Cerrado do Brasil em uma parceria Sul-Sul envolvendo empresas multinacionais brasileiras; no entanto, como mais informações sobre ProSavana foram coletadas e uma melhor compreensão do programa foi adquirida, o objetivo da pesquisa evoluiu. Os objetivos atuais são identificar a natureza e a extensão do programa ProSavana e compreender os efeitos potenciais sobre a biota local e sobre as pessoas locais envolvidas na agricultura de subsistência.

O estudo foi realizado em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) para facilitar a pesquisa de campo e fazer uso da rede de especialistas da universidade. Entrevistas com vários informantes-chave foram realizadas em Maputo e Nampula, ao longo de quatro semanas antes e durante a pesquisa de campo.

Como projetos sob a direção do ProSavana ainda não foram implementados, não foi possível avaliar o impacto socioambiental. No entanto, cinco projetos-piloto estão em andamento, dois dos quais foram visitados. As partes interessadas que foram entrevistadas incluem agências governamentais nacionais e provinciais moçambicanas; representantes moçambicanos, japoneses e brasileiros do ProSavana; especialistas moçambicanos de silvicultura e terra; pesquisadores estudando sobre o ProSavana; ONGs; agricultores envolvidos no programa ProSavana através de projetos-piloto; associações de agricultores; e outros atores da sociedade civil local e nacional (ver Tabela 5). Até o momento, não há empresas brasileiras ou japonesas investindo em Moçambique no âmbito do programa ProSavana. De acordo com o CPI (Centro de Promoção de Investimentos), apenas uma solicitação de investimentos agrícola foi feita por uma empresa brasileira em Moçambique. Porém, a solicitação de investimento foi rejeitada pelas autoridades devido à falta de informações sobre as atividades a serem realizadas. Atualmente, não há nenhuma “corrida para a terra” por agricultores brasileiros em Moçambique.

Em geral, entrevistados de todos os setores (privado, público e sociedade civil) estavam muito abertos e dispostos a participar. O escritório do ProSavana e o DPA (Departamento Provincial de Agricultura) em Nampula, em particular, foram extremamente úteis para facilitar as visitas de campo e responder a nossos pedidos.

Tabela 5. Entrevistas com informantes-chave realizadas para o estudo preliminar.

Informantes-chave	Número de entrevistas
Agências governamentais	3
ONGs e associações	5
Consultantes de silvicultura e terra/especialistas	3
ProSavana pesquisadores/acadêmicos	2
Projeto piloto de produtores rurais	4
Representativos do ProSavana	6
Comunidades	1
Reuniões oficiais de informação do ProSavana	3

O acesso à informação prontamente disponível, tais como gráficos e dados selecionados, foi concedido, embora tal informação fosse limitada. Relatórios principais de cunho profundo não foram disponibilizados porque esses não haviam sido concluídos; no entanto, a equipe de pesquisa foi autorizada a ver um dos relatórios preliminares durante uma entrevista.

Os dados para este trabalho de pesquisa foram coletados por meio dos seguintes métodos:

- Revisão da literatura existente
- Revisão do quadro regulamentar e leis relativas à terra e ao investimento em Moçambique
- Revisão de documentos primários coletados em Moçambique e dados coletados de instituições governamentais e agências ProSavana
- Entrevistas com informantes-chave em Maputo e Nampula
- Informações coletadas durante reuniões públicas sobre o ProSavana
- Entrevistas de campo com agricultores envolvidos em projetos-piloto do ProSavana.

Cinco distritos abrangidos pelo programa ProSavana nas Províncias de Nampula e Zambézia foram visitados: Nampula, Ribáuê, Alto Molócuê, Muecate e Gurué. Devido às limitações de tempo e a infraestrutura deficiente, projetos na Província de Niassa não foram visitados. Sítios foram selecionados com base na intenção de visitar projetos-piloto e participar de reuniões da comunidade sobre o ProSavana e recomendações de associações de agricultores locais.

3 O Programa ProSavana

3.1 Visão geral

O Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical Africana em Moçambique, geralmente referido como ProSavana JMB, é um programa de desenvolvimento rural e agrícola na região do Corredor de Nacala de Moçambique. Como o nome sugere, o programa é desenvolvido através de um acordo de cooperação entre a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério de Agricultura de Moçambique (MINAG). O programa é baseado em um Memorando de Entendimento (MoU) assinado pelos três países em 2009.

De acordo com o MoU, o ProSavana visa “melhorar a competitividade do setor, em termos de segurança alimentar, aumento da produtividade dos pequenos produtores, e geração de excedentes exportáveis provenientes de agronegócio baseado na agricultura”.

Espera-se que ao utilizar o conhecimento técnico e estratégico que permitiu a revolução agrícola no Brasil, Moçambique será capaz de alcançar a segurança alimentar e transformar seu setor agrícola.

O programa está sendo implementado em 19 distritos ao longo do Corredor de Nacala nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia (Tabela 6 e Figura 1).

3.2 Principais componentes do programa ProSavana

O ProSavana consiste de duas fases principais. Em primeiro lugar, durante a fase de pesquisa e planejamento, estratégias e projetos serão identificados; a segunda fase irá implementar as estratégias e projetos-chave identificados através da mobilização de capital público e privado para financiar as atividades. A primeira fase teve início em 2011, com elementos da fase dois ativados de forma incremental quando investimentos são feitos e projetos de investimento são realizados juntamente com as estratégias em evolução (Sakaguchi 2012).

A primeira fase tem três componentes principais, do seguinte modo (Tabela 7): reforço da pesquisa técnica doméstica (PI); desenvolvimento de uma estratégia geral para o corredor (PD); e um aumento dos serviços de extensão agrícola (PE).

Tabela 6. Distritos de Moçambique abrangidos pelo ProSavana.

Província	Distritos		
Nampula	Lalaua	Mogovolas	Murupula
	Malema	Monapo	Nampula
	Meconta	Muecate	Ribáuè
	Mecuburi		
Zambezia	Alto Molocue	Gurue	
Niassa	Cuamba	Mandimba	Ngauma
	Lichinga	Mecanhelas	Sanga
	Majune		

3.2.1 ProSavana-PI: Melhoria das capacidades de pesquisa agrícola e transferência de tecnologia

O objetivo do ProSavana-PI é melhorar as capacidades de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala em Moçambique. O projeto foi originalmente chamado ProSavana-TEC.

O orçamento total do ProSavana-PI está fixado em US \$ 14,68 milhões, dos quais 42,1% é financiado pela ABC, 43,8% do financiamento ou (equivalente técnico) é dado pela Embrapa, e o restante 14,1% é fornecido pelo governo de Moçambique (ProSavana-TEC documento de projeto).

A duração do projeto é de 60 meses, começando em maio de 2011, com extensões, se necessário. Como o número de distritos aumentou para 19, o ProSavana-PI expandirá em conformidade para permitir que a equipe de pesquisa para abranger os distritos adicionais.

O trabalho realizado no âmbito do projeto procurará identificar tecnologias agrícolas adequadas para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola na região, com o objetivo de reforçar as capacidades locais de pesquisa e difundir tecnologias entre os produtores.

A curto prazo, espera-se que o projeto reforce as capacidades de pesquisa agrícola doméstica. A meta de longo prazo para o projeto é um aumento da produção agrícola regional de 12%, em média, a partir de 2015.

O projeto tem cinco componentes principais: (i) criar um banco de dados sobre os recursos naturais e as características socioeconômicas da região; (ii) construir e melhorar a infraestrutura física e capacidade institucional do IIAM; (iii) estabelecer um sistema de planejamento participativo no setor agrícola; (iv) desenvolver um sistema de gestão de recursos humanos para expandir a equipe técnica do IIAM (incluindo treinamento de pessoal); e (v) promover a divulgação eficaz de tecnologia entre os agricultores. Os três primeiros componentes tem como alvo reforçar a capacidade de pesquisa local, e os dois últimos componentes têm como alvo repassar a tecnologia para agricultores.

O primeiro componente visa coletar informação sobre as condições socioeconômicas e ambientais da região, e como projetos e intervenções podem afetar esses aspectos. Levantamentos serão realizados para estabelecer uma base de dados sobre a flora e fauna, análise de solo e da água, informação topográfica, e produção agrícola. Depois dessa análise, o projeto deverá ser capaz de propor novas tecnologias e sistemas de produção, identificar a vulnerabilidade ambiental potencial vinculada a esses sistemas e sugerir medidas para mitigar os efeitos adversos potenciais de quaisquer atividades propostas.

O segundo componente visa melhorar a infraestrutura física para a pesquisa agrária, inclui a construção de dois laboratórios de pesquisa modernos em Lichinga e Nampula.

A difusão de tecnologias e técnicas serão baseadas na experiência bem-sucedida da Embrapa no desenvolvimento de sua capacidade de pesquisa no Brasil. O quarto objetivo do projeto é formar uma equipe de 150 técnicos moçambicanos como treinadores de prestadores de serviços de extensão, para assim, mais facilmente aumentar o número de prestadores de serviços de extensão na região. O plano do projeto enfatiza a necessidade de incluir treinadores de várias etnias e idiomas para garantir que as novas técnicas possam ser disseminadas de maneira eficaz em toda a região.

O grupo alvo são pesquisadores moçambicanos do setor agrário (empregados do IIAM), prestadores de serviços de extensão e cerca de 40.000 famílias de agricultores de pequeno e médio porte ao longo do Corredor de Nacala. Com base nesses números, os serviços de extensão beneficiarão indiretamente cerca de 20% de todos os agricultores na região de estudo.

O projeto originalmente tinha a intenção de colaborar com a organização dos agricultores UNAC em Niassa e a cooperativa agrícola IKURU em Nampula para alcançar os 40.000 agricultores que iriam participar e se beneficiar como recipientes dos serviços de extensão. No entanto, não está claro se a UNAC estará envolvida, uma vez que a organização lançou uma condenação oficial do ProSavana em outubro de 2012. A rejeição do ProSavana pela UNAC pode ser atribuída a rumores de que ProSavana vai promover a invasão de terras em larga escala (14 milhões de ha, toda a área de Niassa, Nampula e Zambézia juntas), juntamente com o fato de que pouca informação sobre o ProSavana tinha sido divulgada.

3.2.2 ProSavana-PD: Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola para o Corredor de Nacala

O ProSavana-PD envolve a formulação de uma estratégia geral para o desenvolvimento do setor agrícola local (Plano Diretor). Esta estratégia baseia-se na pesquisa e análise das características da região, como as condições do solo e clima e fatores socioeconômicos. O objetivo da estratégia é identificar restrições existentes no Corredor de Nacala e quaisquer projetos que poderiam ser usados para abordar essas restrições e, assim, transformar o setor agrícola da região. O acordo trilateral prevê que o ProSavana deve contribuir para a redução da pobreza e para o desenvolvimento da economia e da sociedade local, e que o Plano Diretor deve ser consistente com os planos de desenvolvimento agrícola e rural existentes na região.

A maior parte do financiamento para o ProSavana-PD é proveniente do Japão (US \$ 6254000), seguido pelo Brasil (US \$ 800.000) e Moçambique (US \$ 300.000).

O ProSavana-PD tem quatro resultados esperados:

1. coleta de dados e análise extensa do setor agrícola no Corredor de Nacala
2. estratégia global para os planos de desenvolvimento
3. identificação de um conjunto de Projetos de Impacto Rápido (PIR) em áreas selecionadas
4. publicação de um guia para investidores potenciais, para incentivar o investimento responsável. Esse guia de investimento foi planejado para conter todas as informações necessárias sobre leis e regulamentos pertinentes, o potencial da região e as condições socioeconômicas e ambientais. Diretrizes para funcionários do governo sobre as melhores práticas para processamento de pedidos de investimento com responsabilidade também serão publicadas.

3.2.3 ProSavana-PE: melhoria dos serviços de extensão agrícola

O objetivo do ProSavana-PE é melhorar o acesso aos serviços de extensão agrícola para os agricultores, aumentando o número de prestadores de serviços de extensão. Nesta fase, há pouca informação disponível sobre o ProSavana-PE porque, de acordo com o IIAM, a sua formulação é baseada nos resultados do ProSavana-PI e –PD.

Em uma reunião consultiva para os representantes do ProSavana e comunidades locais em Muecate, solicitou-se que alguns prestadores de serviços de extensão sejam do sexo feminino, como forma de assegurar que as mulheres não sejam negligenciadas como beneficiárias.

3.3 Do PROCEDER ao ProSavana

ONGs de base examinaram o PROCEDER para inferir os impactos potenciais do ProSavana sobre as comunidades locais ao longo do Corredor de Nacala. O uso da agricultura de larga escala no Cerrado levantou grandes preocupações sobre potencial grilagem de terras e o deslocamento de agricultores locais que dependem da terra para sua subsistência. Alguns grupos da sociedade civil e organizações internacionais têm manifestado firme objeção sobre a implementação da ProSavana em Moçambique (GRAIN 2012). Na ausência de qualquer informação detalhada sobre o ProSavana, a UNAC divulgou

um comunicado em outubro de 2012 denunciando o programa. Até à data, o debate tem se centrado na aplicabilidade do programa e se o modelo Cerrado/PROCEDER é apropriado para o contexto de Moçambique.

Um relatório do Banco Mundial, *Despertando o Gigante Africano Adormecido* (2009), também questionou a adequação do modelo do Cerrado para um contexto Africano. O relatório examinou a experiência brasileira e observou que, apesar de seu impacto global positivo, o modelo Cerrado de transformação pode não ser ideal para países de savanas tropicais africanas. O relatório fez dois argumentos sobre este ponto. Em primeiro lugar, o PROCEDER envolveu a expansão de grandes propriedades rurais comerciais, enquanto que é geralmente aceitável que o apoio a pequenos agricultores tem um impacto maior na redução da pobreza na África, uma vez que o foco em grandes propriedades rurais significa que um grupo elite de agricultores tem desproporcionalmente acumulado benefícios comerciais. Em segundo lugar, o relatório constatou que em Moçambique e outros países africanos estudados, pequenos produtores têm maior potencial para criar empresas agrícolas competitivas porque há poucas economias óbvias de escala para muitas das culturas cultivadas no sul da África; com exceção de culturas altamente perecíveis que exigem processamento coordenado e rápido, tais como a horticultura.

Em contrapartida, outro estudo (Sender et al., 2006) com base no maior levantamento sobre mercados de trabalho rurais em Moçambique, abrangendo as Províncias de Manica, Nampula e Zambézia, revelou que grandes propriedades rurais (muitas vezes estrangeiras) proporcionam melhores condições de trabalho e salários mais elevados do que propriedades rurais pequenas e médias. Os autores argumentaram que as discussões sobre agricultura e redução da pobreza tendem a ignorar esse impacto positivo de propriedades rurais maiores nos mercados de trabalho rural, afirmando que “... a crença generalizada de que a concentração de recursos em pequenas propriedades agrícolas e produção de alimentos em pequena escala irá reduzir a pobreza Africana ignora o fato de que muitas das populações rurais mais pobres dependem de rendimentos do trabalho assalariado agrícola “(Sender et al., 2006, 17).

A agricultura em grande escala pode, portanto, ter um papel positivo nos mercados de trabalho e na produção de culturas altamente perecíveis com economias de escala marcadas. No entanto, dada a elevada densidade populacional e escassez de terras em grande parte do Corredor de Nacala, há pouco espaço para novos investimentos de terras em grande escala na região.

A ata assinada em 2009 entre Moçambique, Japão e Brasil reconhece que, apesar das semelhanças entre o Cerrado e a savana tropical de Moçambique, as principais diferenças socioeconômicas e geográficas devem ser levadas em conta, afirmando: “Considerando que a situação socioeconômica da região do Cerrado brasileiro difere muito da situação da savana tropical Africana, novos modelos de desenvolvimento agrícola sustentável específicos para cada região na África serão necessários.”

IIAM sustenta que o ProSavana e PROCEDER são programas distintos devido às diferenças fundamentais entre Moçambique e Brasil. Como um representante do IIAM disse em uma entrevista: “Esperamos usar seus conhecimentos [Brasil e Japão], mas PROCEDER não será implementado aqui. As pessoas aqui não têm outra opção a não ser serem agricultores; portanto, temos que investir na agricultura de base para desenvolver a economia.”

O ProSavana não duplica o modelo de agricultura usado no Cerrado. Em vez disso, procura se beneficiar da experiência e conhecimento que o Brasil e o Japão possuem para conectar com êxito investimentos públicos e privados na agricultura com agricultores, e coordenar infraestrutura de apoio.

A estratégia proposta estabelecida nos documentos preliminares do projetos do Prosavana, que vazaram, fornece mais provas de que o modelo Cerrado não será aplicado no ProSavana. Em particular, os documentos do projeto recomendam contra o uso de propriedades rurais de grande escala que são características do Cerrado, devido à elevada densidade populacional (Relatório preliminar do ProSavana-PD).

Um consultor do ProSavana entrevistado indicou que, nas últimas décadas, a ênfase e prioridades do programa de desenvolvimento do Japão tem mudado, refletindo a mudança geral na comunidade de doadores para a sustentabilidade e maior proteção do ambiente, especialmente desde a Cúpula da Terra no Rio em 1992. Desde dos anos 90s, JICA tem fornecido assistência para diversos projetos de conservação no Cerrado. O entrevistado acrescentou que o *slogan* original do ProSavana - exportar a experiência do Cerrado para Moçambique - não era muito específico. Em vez disso, o consultor observou que pesquisa sobre as condições no Corredor de Nacala claramente revelou que o contexto local exige um modelo diferente do que aquele aplicado no Cerrado, e que esta necessidade se reflete nos planos do programa Prosavana.

A crítica ao ProSavana de que esse é uma duplicata do PROCEDER é, portanto, infundada. Em vez disso, o ProSavana deveria ser avaliado pelos seus próprios méritos, e qualquer crítica deveria ser mais orientada para tratar de questões concretas e lacunas na estratégia do programa, em vez de basear-se em conclusões gerais a partir da transformação do Cerrado há quase meio século atrás.

Em geral, a percepção equivocada do ProSavana é atribuível a má comunicação sobre o programa, falta de transparência e falta de acesso à informação.

3.4 Estratégias territoriais e modelos agrícolas

O ProSavana será aplicado em uma região altamente diversa, por isso não há um único modelo adequado para todas as áreas. Portanto, para os fins do programa, a região foi dividida em zonas com base em condições agroclimáticas e socioeconômicas, com uma estratégia adaptada para cada zona, de acordo com um consultor do ProSavana em Nampula.

As estratégias territoriais foram desenvolvidas através da análise dos três seguintes fatores: (i) gestão agrícola, (ii) potenciais de recursos humanos e (iii) acesso à área agrícola. Dados sobre cada um desses fatores foram coletados e a composição de cada um dos fatores foi analisada. (Tabela 8).

Vulnerabilidade ambiental foi classificada usando o método WISDOW (Mapeamento Integrado da Oferta/Demanda de Combustíveis de Madeira). A vulnerabilidade socioeconômica foi classificada através da análise de indicadores de densidade da população rural, densidade rodoviária, densidade ferroviária, área total cultivada (%) e a taxa de alfabetização de adultos (Relatório No.2 do ProSavana-PD). Escalas de produção foram classificadas de acordo com a adequação das culturas medindo 22 culturas (banana, caju, mandioca, óleo de rícino, café, algodão, feijão, capim elefante, eucalipto, amendoim, milho, milho de entressafra, batata, arroz com casca, arroz de sequeiro, gergelim, soja, cana de açúcar, girassol, batata doce, tabaco e trigo).

Tabela 8. Fatores para estratégias territoriais.

Dados	Fatores para estratégias territoriais
Classificação da vulnerabilidade socioambiental	Zonas de Gerenciamento Agrícola
Uso e cobertura da terra	
Escala de produção	
% de estudantes com idade <14 anos	Potencial de Recursos Humanos
% da população com mais de 65 anos	
% população em idade ativa	
Densidade populacional	Acesso à terra agrícola
% da terra coberta por florestas produtivas	
% da cobertura florestal em terras com registroDUAT	

Os 19 distritos abrangidos pelo ProSavana foram então classificados em quatro categorias de vulnerabilidade socioambiental (Figura 2).

A região foi então dividida em seis zonas de manejo agrícola recomendadas com base na classificação dos distritos (Figura 2), uso e cobertura da terra atual, e a distribuição de terras para agricultura de grande, média e pequena escala, de acordo com a adequação da cultura (Relatório No.2 do ProSavana-PD) (Tabela 9 e Figura 3).

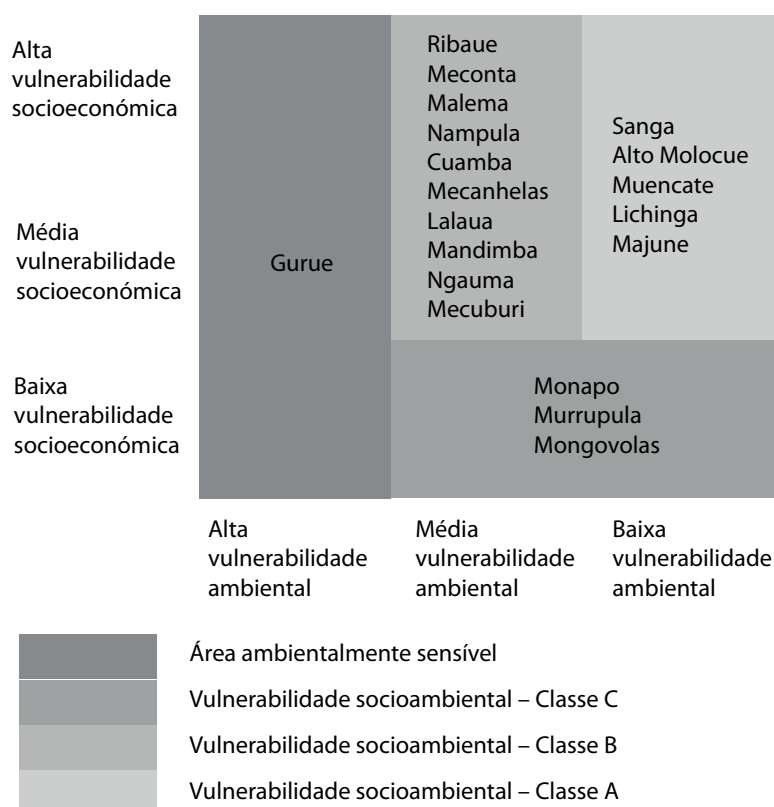


Figura 2. Categorias de vulnerabilidade socioambiental de 19 distritos abrangidos pelo ProSavana.

Tabela 9. Tipos de manejo estabelecidos no plano estratégico preliminar do ProSavana.

Tipo de manejo	Descrição	Propriedade pequenas	Propriedades médias	Propriedades grandes
1	Nenhuma atividade agrícola recomendada	X	X	X
2	Todas as escalas de produção são permitidas	√	√	√
3	Produção permitida com consideração especial para o meio ambiente	√	√	√
4	Produção permitida com consideração importante para o meio ambiente exigida	√	√	√
5	Produção permitida com consideração importante para o meio ambiente exigida	√	√	X
6	Produção permitida com consideração importante para o meio ambiente exigida	√	X	X

Fonte: Relatório N°.2 do ProSavana-PD

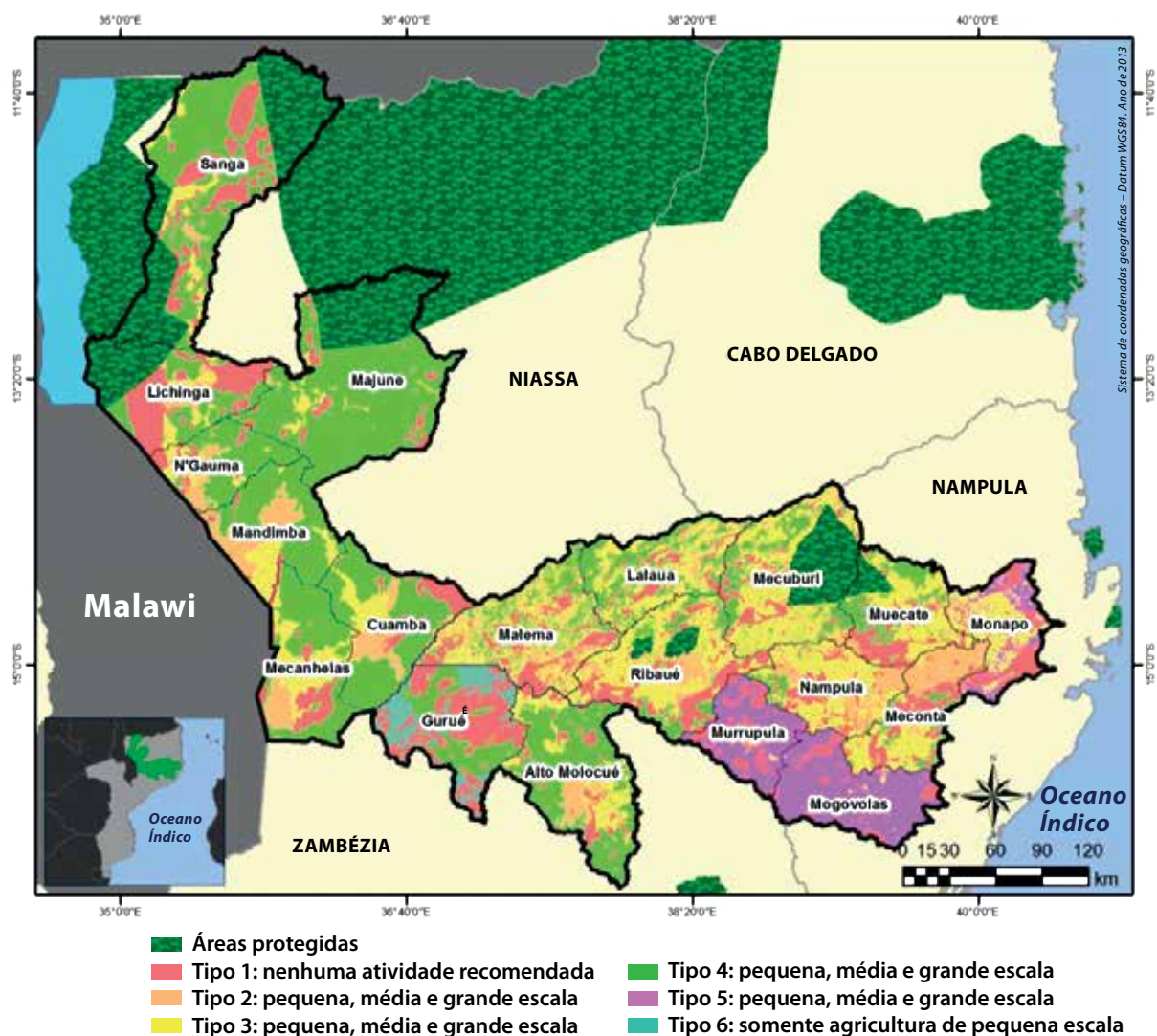


Figura 3. Mapa dos tipos de manejo adequados nos distritos abrangidos pelo ProSavana.

Fonte: Adaptado de mapa fornecido pelo *Oriental Consultant* FGV, Apresentação à sociedade civil, Nampula, 22 de março de 2013.

Em áreas identificadas como mais adequadas ao tipo de manejo 1, nenhuma atividade agrícola é recomendada por causa da alta vulnerabilidade ambiental. A agricultura de pequena escala é recomendada nos outros cinco tipos de manejo, com a agricultura de grande e média escala limitada aos tipos de manejo agrícola 2-5 e 2-4, respectivamente.

Lei do Ordenamento do Território de Moçambique estipula que o ordenamento do território deve ser baseado no zoneamento “, que é descrito como classificando e dividindo o território em áreas preferencialmente adequadas para certas atividades econômicas, sociais e ambientais” (Norfolk 2009, 28). Com base nos tipos de manejo e análise da adequação de culturas, seis estratégias territoriais foram elaboradas e o ProSavana-PD recomendou o desenvolvimento de sete grupos potenciais ao longo do Corredor de Nacala para estimular sinergias e investimentos adequados (Tabela 10 e Figura 4).

De acordo com o plano ProSavana-PD, a agricultura de pequena escala deve ser apoiada em todo o corredor. Um modelo de contrato agrícola é enfatizado onde grandes propriedades rurais são recomendadas. Da mesma forma, todos os seis grupos irão incorporar pequenos produtores de várias maneiras, enquanto que apenas um cluster (cluster VI) se concentra principalmente em empreendimentos agrícolas de grande escala. Uma visão geral das estratégias, projetos de clusters, culturas e tipos de manejo recomendados para a área do ProSavana é apresentada na Tabela 11.

Tabela 10. Clusters potenciais no Corredor de Nacala.

	Nome do Cluster	Principal categoria de produção	Localização (Distrito)	Potencial produtos
1	Clusters de produção integrada de grãos	Grandes propriedades através da agricultura contractual	Majune	Soja, milho, girassol, capim elefante, aves
2	Cluster de produção agrícola familiar	Pequenos agricultores	Malema	Milho, mandioca, algodão, vegetais, amendoim
3	Cluster de produção de grãos e algodão	Propriedades agrícolas médias e grandes	Lioma Plains (Gurue)	Soja, milho, algodão, aves
4	Cluster de produção de caju	Propriedades e agricultores de pequeno porte	Monapo, Mogovolas, Meconta, Muecate	Caju, milho, feijão, mandioca, amendoim, gergelim, vegetais e eucalipto
5	Cluster de produção integrada de grãos e alimentos	Todas as categorias de agricultores	Ribáuè	Soja, milho, algodão, sementes, vegetais e aves
6	Cluster de produção de chá	Propriedades e agricultores de porte médio	Gurue	Chá
7	Cluster de infraestrutura agrícola de Cuamba	Atividades não agrícolas	Cuamba	Infraestrutura, logística, insumos e serviços

Fonte: PD relatório preliminar II

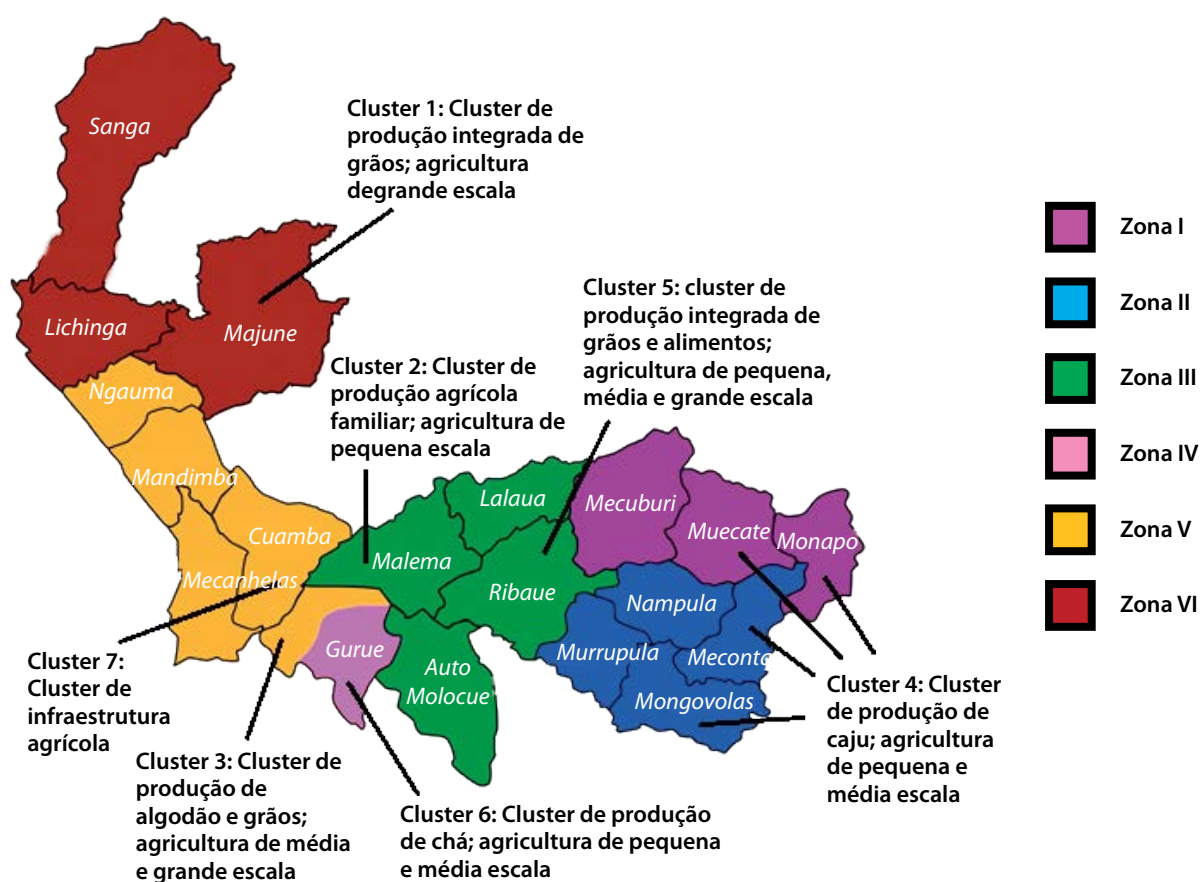


Figura 4. Mapados clusters propostos na área do ProSavana.

Fonte: Adaptado do *Oriental Consulting* da apresentação da FGV, Nampula, 22 de março de 2013.

Tabela 11. Síntese dos clusters e estratégias territoriais.

Zona	Distritos	Clusters	Escala da propriedade	Comentários	Culturas/Indústria
I	Mecuburi Muecate Monapo	Cluster de produção de caju (4)	Pequena e média	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de processamento de caju que serão atualizadas • 600 pequenos agricultores serão envolvidos no projeto cluster 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e processamento de caju
II	Nampula Murrupula Moglovas Meconta			<ul style="list-style-type: none"> • Cada propriedade irá cultivar culturas em 2 ha com DUATs, dos quais 1 ha será apenas para produção de alimentos, e 1 ha será intercalada com árvores de caju e culturas alimentares • Controle cuidadoso da expansão em novas áreas agrícolas por causa da alta densidade populacional e risco de conflitos • Reflorestamento para combater a erosão do solo e para suprir a demanda local de lenha para combustível 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de milho, mandioca, e engenhos de processamento • Produção e processamento de algodão • Produção de biomassa para as necessidades de combustível local • Instalações de agroprocessamento de médio e grande porte
III	Malema Ribáuè Lalaua Alto Molocue	Cluster de produção agrícola familiar (2)	Pequena	<p>Malema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1000 pequenos agricultores serão envolvidos no projeto cluster, organizado em cinco associações de 200 propriedades agrícolas produzindo comercialmente em 5000 ha. • Cada família agrícola será dada 6.3 ha, dos quais 5 ha será para produção comercial, 0.5 ha para plantação de florestas e 0.5 ha de cultivo para consumo familiar. Os agricultores receberão DUATs para a terra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e processamento de mandioca • Indústria avícola • Engenhos de processamento de milho e sorgo • Produção de algodão e instalações de processamento • Produção e processamento de sementes
		Cluster de produção integrada de grãos e alimentos (5)	Pequena, média e grande	<p>Ribáuè:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1000 pequenos agricultores que estarão envolvidos no Projeto Cluster como agricultores contratados. Cada agricultor receberá 1 ha de sementes melhoradas de alimentos para permitir o cultivo de culturas para consumo familiar. • Estabelecimento de uma unidade de processamento de semente e propriedade agrícola adjacente de 10,000 ha para garantir que a planta opere a uma capacidade mínima de 50% • Promoção da agricultura contratual • Risco do reassentamento de agricultores 	

continua na página seguinte

Tabela 11. (continuação)

Zona	Distritos	Clusters	Escala da propriedade	Comentários	Culturas/Indústria
IV	Gurue	Cluster de produção de chá (6)	Pequena e média	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de esquemas de terceirização para a produção de chá através da Associação de Produtores de Chá de Gurue Revitalização da indústria de chá através da substituição de antigas árvores com tipos melhorados proveniente de Malawi, e reabilitação de 2800 ha de jardins de chá (danificados durante a guerra civil). Reflorestamento para combater a erosão do solo e exploração ilegal de madeira para abastecer a indústria de processamento de chá. Controlar rigorosamente qualquer expansão de novas terras agrícolas por causa da alta vulnerabilidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Produção e processamento de chá
V	Cuamba Mecanhelas Mandimba Ngauma Lioma Plains (Gurue)	Cluster de produção de grão e algodão (3)	Propriedades agrícolas pequenas, médias e grandes	<p>Lioma:</p> <ul style="list-style-type: none"> Foco primário em companhias e propriedades agrícolas já existentes; 13,000 ha está atualmente sob cultivo por 8500 agricultores familiares Criação de cooperativas de agricultores e promoção da agricultura contratual Risco do reassentamento de agricultores locais 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de soja, milho algodão. Alimentação animal Indústria avícola Instalações de agroprocessamento médias e grandes
VI	Lichinga Majune Sanga	Cluster de produção integrada de grãos (1)	pequena, média e grande	<p>Majune:</p> <ul style="list-style-type: none"> Uma grande propriedade agrícola de 60,000 ha operando como cinco unidades de 9000 ha cada Criação de 1000 granja avícola Promoção de agricultura contratual Risco do reassentamento de agricultores locais 	<ul style="list-style-type: none"> Grãos (soja, milho e girassol) e alimentação animal Produção vegetal Indústria avícola Instalações de agroprocessamento médias e grandes

3.5 Projetos de Impacto Rápido (ProSavana-PD)

Uma série dos chamados Projetos de Impacto Rápido (PIR) serão realizados para iniciar o desenvolvimento e gerar impacto mais imediato. Em geral, os PIRs terá a duração de cerca de três anos, e alguns estavam programados para começar antes da finalização do Plano Diretor (Outubro de 2013). Dois desses projetos antecipados são o projeto de registro DUAT (1) e o projeto para fortalecer os serviços de extensão (7).

O objetivo dos PIRs é iniciar as atividades preparatórias para o desenvolvimento dos vários clusters. Se forem bem sucedidos, os projetos irão demonstrar o potencial para o desenvolvimento agrícola ao longo do Corredor de Nacala. Isso pode atrair financiamento para novos projetos de desenvolvimento de outros doadores, e investimentos de empresas nacionais e estrangeiras em projetos de agronegócio, de acordo com um representante do ProSavana entrevistado.

No total, 32 PIRs foram identificados para implementação através de financiamento público até agora (Tabela 12). Oito desses foram selecionados como projetos prioritários a serem implementados em primeiro lugar.

Tabela 12. Projetos de Impacto Rápido propostos no Plano Diretor preliminar.

PIRs propostos no Plano Diretor (32)	
1	Registro DUAT*
2	Levantamento para identificar terras disponíveis para investimentos*
3	Fortalecimento da aplicação e monitoramento da regulamentação ambiental
4	Estudo básico de gestão de recursos hídricos
5	Projeto de Iniciativa Floresta
6	Fortalecimento das capacidades de pesquisa agrícola
7	Fortalecimento dos serviços de extensão agrícola
8	Academia agrícola ProSavana: Centro para Desenvolvimento Agrícola
9	Desenvolvimento das habilidades de liderança dos agricultores da comunidade
10	Treinamento de distribuidores de insumos agrícolas
11	Projeto para melhoria do acesso a fertilizantes
12	Promoção da produção local de semente de alta qualidade*
13	Promoção dos serviços de aluguel de tratores para agricultores
14	Reabilitação de infraestrutura de irrigação já existente
15	Melhoria da tecnologia de irrigação e construção
16	Projeto de modelo de produção vegetal*
17	Estabelecimento de mecanismos financeiros para pequenos e médios agricultores, associações agrícolas e de agronegócio
18	Criação de um plano nacional para o desenvolvimento do agronegócio no corredor de Nacala (Fundo Nacala)
19	Criação de uma organização para apoiar o investimento e desenvolvimento de cadeias de valor agrícola
20	Projeto para desenvolver capacidade dentro do serviço de entrega e desenvolvimento de negócios
21	Desenvolvimento de cooperativas agrícolas modernas
22	Melhoria do acesso à informação de mercado
23	Sistema de padronização de produtos agrícolas
24	Reabilitação de instalações de armazenamento agrícola
25	Melhoria das estradas e infraestrutura para as atividades agrícolas*
26	Projeto do ProSavana para Zona Especial Agrícola*
27	Clusters de Produção Integrada de Grãos
28	Modelo de cluster de produção de alimentos para as famílias dos agricultores*
29	Desenvolvimento de cluster de produção de grãos e algodão
30	Projeto-piloto para o cluster de produção de caju*
31	Cluster de produção integrada de alimentos e grãos
32	Revitalização da indústria de chá

* projetos prioritários

Aproximadamente dois terços dos PIRs diretamente tem como alvo pequenos e médios agricultores como beneficiários. Seis projetos destinam-se a maiores investimentos em produção e processamento. Em particular, os PIRs ProSavana abordam solicitações de associações de agricultores para que políticas melhorem o acesso ao crédito rural, serviços de extensão, irrigação, sementes nativas resilientes, infraestrutura rural e comercialização de produtos de pequenos agricultores (UNAC et al 2013.); veja PIRs números 16, 30, 28, 25, 23, 22, 17, 15, 12, 11, 10, 9, 8, 7 e 3. No entanto, dadas as tensões com a UNAC, é incerto se a colaboração com essas grandes associações de agricultores será possível.

Para este estudo, a equipe de pesquisa participou de uma reunião de consulta entre representantes do Prosavana e sete comunidades no distrito de Muecate. Os PIRs abordam todas as questões e preocupações que os agricultores levantaram na reunião, sendo que as principais queixas expressadas foram o pouco acesso aos mercados e compradores, a necessidade de instalações de armazenamento e irrigação, a falta de mecanização e acesso ao crédito.

De acordo com representantes entrevistados, os projetos do Prosavana serão adicionados e adaptados enquanto a situação no local evolui. O ProSavana estará, portanto, sob mudança contínua para permanecer relevante nos contextos locais.

Outro ponto que surgiu através de entrevistas com representantes do ProSavana e IIAM e o relatório preliminar, os projetos Prosavana irão gerar impacto coletivamente; eles não podem ser implementados de forma isolada porque concentrar-se em apenas um segmento da cadeia de valor não seria suficiente para gerar benefícios sustentáveis. Por exemplo, um aumento na produção deve ser acompanhado por maior acesso ao mercado e instalações de armazenamento, sementes melhoradas distribuídas aos agricultores deve ser complementada por serviços de extensão e de formação, e assim por diante. Os relatórios do projeto afirmam que apenas se todas as restrições são abordadas simultaneamente a transformação setorial pode ser alcançada (Relatório No.2 do ProSavana-PD).

3.6 Um "grande empurrão" agrícola

ProSavana parece ter adotado uma abordagem semelhante aquela subjacente à teoria “grande empurrão”, embora essa teoria, desenvolvida por Rosenstein-Rodan em 1940, baseia-se no desenvolvimento industrial, em vez do setor agrícola. A teoria do “grande empurrão” acredita que é necessário investimento substancial para alavancar o desenvolvimento econômico, uma vez que abordagens menores e mais concentradas não podem empurrar a economia para um caminho de crescimento e desencadear transformação.

O estabelecimento de cadeias de valor exige investimentos coordenados em áreas complementares, como indústrias e cadeias de valor compreendem atividades complementares; portanto, se o sucesso de cada empresa potencial depende de insumos de outras empresas complementares à montante e à jusante que ainda não existem, então nenhuma das empresas potenciais pode emergir (Lin and Chang 2009). Sob este ponto de vista, são necessários investimentos simultâneos ao longo de uma cadeia de valor e em indústrias complementares; e como nenhuma firma individual é capaz de arcar com os custos de ser a primeira a fazer, o papel de iniciar, catalisar e coordenar a transformação recai sob o estado (Lin and Chang 2009). Na ausência de tais investimentos simultâneos, o país corre o risco de ficar preso em um equilíbrio mais baixo (Rodrik 2004; Lin and Chang 2009).

Abordagem do cluster do ProSavana para o desenvolvimento, a qual exige a alta visibilidade do governo, baseia-se essencialmente na ideia de um grande empurrão para alavancar a transformação setorial, gerar os componentes necessários das cadeias de valor e, assim, alcançar um crescimento sustentável.

Um representante do ProSavana enfatizou que uma abordagem holística em grande escala com suporte em longo prazo provavelmente alcançará uma transformação em todo setor, ao contrário de programas ou projetos concentrados que se concentram apenas em uma cultura ou em uma área menor. O entrevistado argumentou que o governo deve assumir um papel de coordenador para incentivar investimentos em áreas que vão gerar as sinergias e desenvolvimento desejados e que o objetivo de desenvolver vários clusters simultaneamente é criar sinergias entre eles. Os documentos do projeto ProSavana-PD argumentam que os projetos e estratégias propostas são complementares e reforçam-se mutuamente, e que todos eles devem ser implementados simultaneamente para conseguir a transformação em todo setor.

3.7 Projetos-piloto de agronegócio: modelos para cooperação

Cinco projetos-piloto de agronegócio foram criados para testar diferentes modelos de agricultura sob contrato, e para demonstrar a potenciais investidores e agricultores como o desenvolvimento agrícola pode ocorrer através da colaboração de pequenos agricultores e grandes propriedades rurais. Para financiar os projetos-piloto, o Fundo Iniciativa de Desenvolvimento ProSavana (PDIF) foi criado pelo GAPI, MINAG e JICA, com um saldo inicial de US\$ 750,000 (Tabela 13).

Um entrevistado da equipa técnica da JICA argumentou que a agricultura sob contrato é a maneira mais fácil de financiar pequenos agricultores e que os projetos-piloto podem demonstrar aos investidores como atividades podem ser desenvolvidas em colaboração com as comunidades. No total, 932 agricultores de pequeno e médio porte são abrangidos pelos projetos-piloto, cultivando uma grande variedade de culturas em um total de 1.370,5 ha.

Tabela 13. Projetos-piloto do ProSavana para agricultura contratual/modelos de terceirização.

Companhia	Localização	Visão geral do projeto	Financiamento do PDIF
Lozane Farms	Alto Molocue (Zambezia)	<ul style="list-style-type: none"> Companhia para produção de sementes Fornecer insumos e treinamento intensivo sobre manejo e práticas agrícolas 	\$2,500,000
IKURU (uma empresa comercial de propriedade dos agricultores, Oxfam Novib e GAPI têm 45% das ações cada)	Monapo e Mogovolas (Nampula)	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura contratual com acordos formais Fornecer serviços completos de insumo (fertilizantes, sementes de qualidade, tratores, and serviços de extensão técnica) 	\$2,860,000
Companhia de sementes Oruweru	Murupula e Mogovolas (Nampula)	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura contratual para produção de sementes Fornecer serviços de extensão técnica intensiva 	\$2,800,000
Matharia Empreendimentos	Ribáuè (Nampula)	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da produção de soja por pequenos agricultores Produção de vegetais com pequenos agricultores através do fornecimento de apoio técnico Produção de soja em pequenas propriedades (5 ha) 	\$1,640,000
Santos Agrícola	Meconta (Nampula)	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura contratual para produção de vegetais Produção de vegetais em propriedades com sistema de irrigação (20 ha) 	\$1 680 000

A equipe técnica da JICA visita estes projetos-piloto e inspeciona campos semanalmente para fornecer recomendações a empresas e agricultores contratados e para monitorar o progresso das culturas e seus tipos. No final de cada estação, os rendimentos são comparados às medidas de base do ano anterior, e recomendações serão devidamente incorporadas no Plano Diretor.

Duas empresas desenvolvendo projetos-piloto foram visitadas em três ocasiões, como parte da pesquisa de campo: fazendas Lozane em Maputo e em Alto Molócuè, e Matharia Empreendimentos em sua propriedade rural em Ribáuè (Quadro 1).

Quadro 1. Lozane e Matharia Empreendimentos.

Lozane Empreendimentos

Lozane Farms é uma empresa de produção de sementes que tem como alvo o mercado local. As principais sementes são a soja, mas a empresa também produz outros vegetais, como feijão-frade, tomate, milho e girassol.

Originalmente uma pequena empresa agrícola de apenas 1 ha, que agora consiste em duas concessões, totalizando 1.200 ha de terras no Alto Molócuè. A empresa opera principalmente com base na agricultura contratual, com 473 agricultores que produzem soja ao longo de um total de 389 ha. Lozane também planta soja em 20 hectares de sua própria terra para a produção de sementes. As comunidades locais residem e produzem para seu próprio consumo, em ambas concessões da Lozane, pois eles têm bom relacionamento de longa data com o proprietário da empresa; isto significa que a atual área agrícola da Lozane é inferior a 1.200 ha. Os agricultores residentes não são os mesmos agricultores que são contratados para produzir soja para a Lozane. A produção esperada em 2013 é de 400 toneladas, que será vendida no mercado local.

A empresa espera expandir seu sucesso para o distrito de Malema na província de Nampula através da obtenção de uma concessão de 500 ha. Encontrar terra disponível é difícil, mas a empresa tem uma história de boas relações com as comunidades locais e o proprietário acredita que será possível chegar a um acordo com os agricultores da área. Como há um grande interesse por parte dos agricultores de mudar para o cultivo da soja, a empresa acredita que os agricultores da região estão abertos para colaborar com a empresa, porque a Lozane pode fornecer os insumos necessários.

Em contraste com relatos de empreendimentos agrícolas vizinhos de que os agricultores não tenham reembolsado a empresa contratante pelos insumos, a Lozane não teve nenhum problema com a concessão de crédito aos agricultores. A empresa atribui isso a relações pessoais fortes e de longa data dos proprietários com as comunidades vizinhas e os agricultores contratados. Por último, embora a Lozane seja uma empresa com fins lucrativos, essa descobriu que ajudar os agricultores a vender seus produtos com uma boa margem de lucro é necessário para criar demanda de suas sementes, e é de seu interesse garantir que os agricultores tenham sucesso.

A indústria avícola é a força motriz da demanda para o cultivo de soja, mas a Lozane espera diversificar a base da demanda longe de uma dependência na indústria avícola, através da importação de 12 máquinas de processamento de tofu e leite de soja da China. Estas máquinas serão distribuídas para as 12 associações de agricultores contratados com quem a Lozane opera. Desta forma, a empresa está criando um mercado paralelo para a soja, forçando a indústria avícola para pagar preços mais elevados para a alimentação. De acordo com os cálculos da empresa, o seu leite de soja pode competir com o leite de vaca, e eles também acreditam que serão capazes de convencer as pessoas a comer tofu como fonte de proteína, pois é muito mais barato do que a carne.

A empresa afirmou que uma de suas maiores limitações é a obtenção de capital para financiar planos de expansão e a modernização de suas instalações. O PDIF oferece termos muito mais razoáveis do que os bancos, porque (i) o fundo está concentrado no financiamento de atividades agrícolas e (ii) a sua taxa de juros de 10% é considerada justa pela empresa. No entanto, existe uma burocracia significativa e

continua na página seguinte

Quadro 1. (continuação)

exigências colaterais inaceitáveis de 120% que irão barrar o acesso da maioria dos agricultores de aos fundos. O financiamento do PDIF foi adiado e a empresa teve que usar outros recursos para plantar a soja antes do final da época de plantio. No entanto, a empresa está positiva sobre o programa ProSavana, e um técnico agrícola do ProSavana está trabalhando com a empresa para melhorar a produção.



Soja na Lozane farms, Alto Molocue. Esse empreendimento não usa irrigação, e a infraestrutura das estradas é deficiente. Em 2011, todo o cultivo de tomates foi destruído durante o transporte para o mercado por causa das estradas precárias.

Matharia Empreendimentos, Ribáuè

A Matharia produzia tabaco; mas, em 2012, a companhia parou a produção devido a regulamentações. A empresa está, portanto, tentando mudar a produção para outras culturas. Isso aconteceu na mesma época em que o PDIF foi criado, e a Matharia conseguiu obter o financiamento necessário para reestruturar seus negócios. A companhia também recebe conhecimento técnico e consultoria da equipe de pesquisa do ProSavana para produzir novas culturas. A equipe de pesquisa do ProSavana usa a propriedade agrícola como um centro para reunir com agricultores locais e demonstrar técnicas e cultivos (através de realizar eventos chamados “Dia do Campo”), e regularmente visitar propriedades vizinhas que pertencem a agricultores contratados.

Dado que 2013 foi o primeiro ano depois que a Matharia parou de produzir Tabaco, a companhia ainda está no processo de aprendizado e está experimentando com vários tipos de culturas, principalmente soja. A propriedade abrange 1500 ha. No entanto, por causa da transição do tabaco para produção de novas culturas, somente cerca de 20 ha está sendo cultivada em 2013, dos quais 5 ha está sendo plantada com vários tipos de soja. Em 2014, a empresa terá uma melhor compreensão do tipo de cultura mais adequado

continua na página seguinte

Quadro 1. (continuação)

para o solo e a expansão da produção. Algumas parcelas mostram um rendimento estimado de mais de 2 tons/ha, enquanto outras parcelas provavelmente irão produzir mais de 1 ton/ha. Além disso, 2 ha estão sendo plantados com girassóis, e a empresa está considerando comprar máquina de processamento de óleo de girassol, se os rendimentos são bons. A empresa também produz cebolas e tomates destinados a mercados locais, especialmente a vigorosa indústria avícola doméstica.

A empresa utiliza um modelo de agricultura contratual, fornecendo insumos como sementes, conhecimento técnico e fertilizantes com base em crédito. Ela compra culturas de pequenos agricultores vizinhos e emprega pessoas da comunidade local para trabalhar a terra da própria companhia. Três a quatro trabalhadores são contratados por hectare, dependendo da época, e os trabalhadores são pagos mensalmente. Atualmente, a empresa tem 250 agricultores contratados, dos quais 230 plantam soja em um total de 72 ha; os outros 20 agricultores plantam tomates em um total de 10 ha. Além disso, os agricultores plantam mandioca e milho para consumo familiar. Matharia também usa agricultores contratados para produção de cebola em uma escala pequena. Se os resultados de 2013 são encorajadores, a companhia espera expandir o número de agricultores contratados.



Arturu, um agricultor contratado pela Matharia cultivando soja pela primeira vez em 1 ha. Ele também plantava mandioca e milho para consumo pessoal. Sua soja está apresentando sinais de uma infecção viral; a equipe de pesquisa do ProSavana lhe oferece consultoria em como minimizar o dano.

3.8 O ProSavana em relação ao PEDSA

Em grande parte, o ProSavana segue a estratégia nacional de Moçambique para o desenvolvimento do setor agrícola, como foi estabelecido no PEDSA (2010). Funcionários do Prosavana esperam que concentrando-se em agricultores de pequena escala e na comercialização do setor agrícola levará a uma redução da pobreza.

O objetivo do PEDSA (2010) é converter o setor agrícola de um setor que é dominado pela agricultura de subsistência para um que é dominado pela produção competitiva e sustentável, orientada para o mercado. Em comparação, os acordos Prosavana assinados pelo Brasil, Japão e Moçambique afirmam que o programa visa “melhorar a competitividade do setor, em termos de segurança alimentar, aumento da produtividade de pequenos produtores, e geração de excedentes exportáveis da agricultura orientada para o agronegócio” (atas de reuniões entre o Japão, Brasil e Moçambique, 2011), e que o objetivo é “criar novos modelos de desenvolvimento agrícola sustentável na região de savana tropical de Moçambique através da cooperação triangular entre o Japão, Brasil e Moçambique, levando em consideração o meio ambiente e buscando o desenvolvimento orientado para o mercado agrícola / rural / regional com uma vantagem competitiva” (atas de reuniões entre o Japão, Brasil e Moçambique, 2009). Em resumo, PEDSA e ProSavana têm os mesmos objetivos: aumentar a produtividade agrícola e comercializar o setor.

Em contraste com a abordagem característica de Programas de Ajustamento Estrutural, o PEDSA permite mais espaço para a intervenção do Estado no setor agrícola, restabelecendo efetivamente o papel do governo como um comprador de última instância, para reduzir o risco dos agricultores que se aventuram na produção de novas culturas. Da mesma forma, o papel significativo do coordenador designado para o governo de Moçambique pela estratégia ProSavana proposta ecoa a chamada para uma maior participação do governo na transformação do setor.

Esta chamada para uma maior participação do Estado no desenvolvimento do setor agrícola é feita juntamente com chamadas para um maior investimento privado, para complementar o financiamento público e financiar a transformação. Na visão de um entrevistado do governo, o governo de Moçambique não possui o capital necessário para transformar o setor agrícola, então o investimento privado é essencial para realizar alguns dos projetos em parcerias com o setor público. Um consultor de terra entrevistado indicou que fontes de financiamento para projetos de ONGs tendem a ser pouco confiáveis, e projetos raramente são desenvolvidos por mais de alguns anos, considerando-se que o setor agrícola de Moçambique vai precisar de financiamento contínuo substancial ao longo de 20-30 anos, se espera alcançar uma transformação em todo o setor. O entrevistado acrescentou que, ao atrair investimentos privados, o projeto poderia garantir um fornecimento de capital de longo prazo e projetos impulsionados pelo lucro são mais propensos a serem autossustentáveis do que aqueles que dependem de ajuda como sua principal fonte de receita.

O PEDSA (2010) enfatiza fortemente a criação de cadeias de valor para garantir a criação de valor no mercado interno, bem como assegurar um mercado para os agricultores que mudam para a agricultura comercial, particularmente nos corredores de Nacala, Beira e Maputo. Da mesma forma, o ProSavana enfatiza o foco no desenvolvimento do cluster e na abordagem da cadeia de valor. Como um representante do ProSavana entrevistado afirmou, que não faz sentido aumentar a produção se você não pode garantir acesso aos mercados. Vários projetos identificados no Plano Diretor Agrícola lidam não só com a cadeia de insumos, mas também com os segmentos de pós-produção da cadeia de valor. Ou seja, o documento do ProSavana-PD propõe projetos estratégicos abrangendo a produção, processamento, conexões de transportes, armazenamento e comercialização, entre outros. Exemplos de aspectos de pós-produção abordados no Plano Diretor são projetos sobre capacitação para desenvolvimento de negócios, melhoria do acesso à informação de mercado, uso de sistemas de padronização para acessar os mercados da UE e reabilitação de instalações de armazenamento.

Da mesma forma, Os PIRs propostos pelo ProSavana correspondem, em grande parte, às necessidades identificadas no PEDSA (2010). Uma visão comparativa dos desafios identificados pelo PEDSA e abordados nos projetos do plano diretor é apresentada na Tabela 14.

Tabela 14. Síntese dos PIRs do ProSavana e as necessidades identificadas no PEDSA

PEDSA	ProSavana
Reabilitação de estradas para acesso a mercados (p. 27)	QIP 25: Melhoria das estradas e infraestrutura para atividades agrícolas
Reabilitação de infraestrutura de irrigação (p. 28)	QIP 4: Estudo básico de gestão de recursos hídricos QIP 14: Reabilitação de infraestrutura de irrigação já existente QIP 15: Melhoria da tecnologia de irrigação e construção QIP 16: Projeto de modelo de produção vegetal com pequenas bombas
Aumento do conhecimento dos agricultores sobre tecnologias modernas e acesso a serviços de extensão (p. 36) e aumento do uso de fertilizantes (p. 39)	QIP 7: Fortalecimento dos serviços de extensão agrícola QIP 9: Desenvolvimento das habilidades de liderança dos agricultores da comunidade QIP 10: Treinamento de distribuidores de insumos agrícolas QIP 11: Projeto para melhoria do acesso a fertilizantes
Aumento de investimentos na agricultura, incluindo crédito e desenvolvimento de infraestrutura (p. 36)	QIP 17 Estabelecimento de mecanismos financeiros para pequenos e médios agricultores, associações agrícolas e de agronegócio
Pesquisa sobre sementes melhoradas, melhores métodos de cultivo, e criação de centros de serviços (p. 37)	QIP 6: Fortalecimento das capacidades de pesquisa agrícola QIP 8: Criação da academia agrícola ProSavana: Centro para Desenvolvimento Agrícola QIP 12: Promoção da produção local de semente de alta qualidade
Criação de mapas de uso da terra e registro DUAT (p. 45)	QIP 1: Registro DUAT QIP 2: Levantamento para identificar terra disponível
Mecanização de atividades agrícolas (p. 39)	QIP 13: Promoção dos serviços de aluguel de tratores

Os cultivos que o ProSavana tem como alvo são também aqueles identificados pelo governo de Moçambique, como de maior importância para o mercado do país e indústria: soja, milho, mandioca, arroz, castanha de caju, algodão, gergelim, feijão e leguminosas. Tais correlações indicam que o ProSavana está adicionando para as estratégias agrícolas do governo de Moçambique, com base em uma abordagem de corredor. Isso não quer dizer que o ProSavana não apresente aspectos controvertidos sobre como as propriedades rurais de grande escala devem interagir com os pequenos agricultores, ou até que ponto Moçambique se beneficia de investimentos estrangeiros em terra (em comparação ao agroprocessamento); certamente, o ProSavana tem a intenção de atrair investidores engajados no segmento da produção primária da cadeia de valor. No entanto, este não é o foco primário nem o foco único do ProSavana. Em vez disso, o programa ProSavana objetiva, em grande parte, se envolver com a comercialização feita por agricultores de pequeno e médio porte, e atrair investimentos estrangeiros, principalmente nos estágios de agroprocessamento da cadeia de valor (entrevista com um representante do ProSavana). Como resultado, não pode-se dizer que o ProSavana contradiz as estratégias agrícolas nacionais; na verdade, ele foi desenvolvido no âmbito do atual quadro político.

3.9 Culturas apoiadas pelo ProSavana

O plano preliminar do ProSavana-PD baseou-se em estudos técnicos, coleta e análise de dados para recomendar o apoio de determinadas culturas de acordo com as condições agrícolas, tal como estava previsto pelas estratégias territoriais. Como funcionários do governo entrevistados assinalaram, estas são as mesmas culturas identificadas no PEDSA como importantes para a segurança alimentar de Moçambique. Um estudo do Banco Mundial (2009) para avaliar a competitividade potencial de culturas moçambicanas revelou que o produto provavelmente não seria capaz de competir com as exportações, devido as condições prevalecentes no mercado internacional. As culturas, portanto, serão em grande parte destinadas aos mercados locais e regionais. Um funcionário do ProSavana entrevistado declarou que os produtores são livres para exportar, se assim desejarem, mas que o ProSavana se concentrará em culturas em alta demanda em Moçambique.

A demanda interna por soja, uma cultura relativamente nova em Moçambique, é descrita pelo plano ProSavana-PD e PEDSA como em expansão. Essa mesma visão emergiu durante as entrevistas com as partes interessadas, incluindo agricultores, produtores e ONGs, e foi confirmada pela literatura sobre o cultivo de soja em Moçambique.

Entrevistas com partes interessadas durante o estudo de escopo não suportam alegações de que a soja produzida é destinada à exportação para mercados asiáticos (GRAIN 2012). Em vez disso, todos os entrevistados confirmam que o mercado local para a soja tem um grande potencial por causa da expansão da indústria avícola e que a produção nacional atual está longe de ser capaz de atender a crescente demanda. De acordo com um representante de uma ONG que trabalha para introduzir a soja aos agricultores, a mudança para o cultivo de soja oferece benefícios substanciais em relação ao esforço adicional necessário para aprender como produzir uma nova safra.

Através do ProSavana, a produção e processamento de soja serão apoiados nas zonas III, V e VI para atender a demanda por ração animal e óleo comestível. A indústria avícola também será promovida nestas zonas para assegurar proximidade e sinergia entre as indústrias.

Milho, um dos alimentos básicos da região, foi reconhecido como um bom complemento para a soja na rotação de culturas. O IIAM manifestou a esperança de que o ProSavana levará a um aumento quadrúpulo na produção, dos atuais baixos rendimentos de cerca de 1 tonelada por hectare. Com base nas condições agrícolas, o milho é recomendado para a produção nas zonas I, II, V e VI. Moinhos de processamento de pequena escala serão estabelecidos em todas as zonas para atender a demanda local.

A produção de vegetais e batata será promovida nas zonas III, IV, V e VI, quando as condições climáticas sejam favoráveis. Produção na zona V, também poderá ser utilizada para abastecer o mercado do Malauí, dada a sua proximidade.

A produção de mandioca será promovida nas zonas I e II, com moinhos de processamento estabelecidos nas zonas I, II, III e IV para servir a demanda local.

A produção e transformação de culturas de rendimento como o tabaco, caju e algodão serão promovidos nas zonas I, II, III, V e VI. Na zona IV, o foco será na revitalização da indústria do chá. Feijão nhemba, gergelim e feijão boer serão apoiados nas zonas I e II para abastecer mercados locais e internacionais.

4 ProSavana, florestas e comunidades

Como foi discutido na Seção 4, o ProSavana segue em grande parte a estratégia nacional de Moçambique para o desenvolvimento do setor agrícola, tal como foi estabelecido no PEDSA (2010). Espera-se que, por visar os produtores de pequena escala e a comercialização do setor, o desenvolvimento da agricultura irá reduzir a pobreza.

4.1 Estabelecimento de agricultura em grande escala

A retórica do ProSavana sobre o desenvolvimento agrícola através da cooperação entre agricultores de grande e pequena escala levanta questões sobre como isso pode e deve ser feito. A sugestão de que grandes propriedades agrícolas deveriam ser convidadas a contribuir para o desenvolvimento do setor tem levantado preocupações, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de terras para estabelecer essas propriedades e a potencial invasão de terras para o detrimento de pequenos produtores já presentes na área.

É muito difícil estimar quanta terra está potencialmente disponível para empreendimentos de grande porte, porque a maioria dos agricultores não têm DUATs e as terras muitas vezes não estão formalmente registradas. No entanto, estima-se que áreas potenciais para empreendimentos de médio porte ou a expansão de pequenos produtores exista em quase todos os distritos, exceto Monapo e Nampula, que têm uma densidade populacional muito elevada, de acordo com os documentos do projeto ProSavana-PD.

Nos casos em que a atividade agrícola, provavelmente, é mais eficiente em uma escala maior do que em pequena escala, o ProSavana recomenda a organização de agricultores em unidades e associações maiores. Um funcionário do ProSavana entrevistado afirmou:

Basicamente, não acreditamos que há muito espaço para desenvolver grandes propriedades; mas, onde existem benefícios de escala, esses podem ser alcançados através da coordenação de agricultores em associações organizadas. No momento, a maioria das propriedades rurais são inferiores a 10 ha, e o número total de unidades familiares de agricultores na região do ProSavana é de 700 000; de acordo com outras estimativas, até 1 milhão de unidades familiares [estão] envolvidas na agricultura.

A revisão do plano preliminar do ProSavana-PD e entrevistas indicam que o programa promoverá a agricultura contratual e modelos de terceirização nos casos em que espera-se que a produção de culturas em larga escala seja mais eficiente do que a produção agrícola de pequeno e médio porte. Os projetos-piloto financiados pela PDIF destinam-se a demonstrar como os agricultores locais e grandes investidores podem colaborar. O documento do projeto ProSavana também baseia-se nas experiências da iniciativa do Crescimento Agrícola do Corredor da Beira, no qual vários modelos de parceria entre agricultores e investidores foram testados (Relatório preliminar do ProSavana-PD).

As poucas áreas onde acredita-se que haja terra disponível para empreendimentos maiores foram incorporadas nas estratégias de zoneamento e de cluster. Propriedades agrícolas pequenas e médias serão desenvolvidas em toda a região, enquanto a agricultura em grande escala será desenvolvida em três clusters (1, 3 e 5) nas zonas III, V (posto administrativo Lioma em Gurue) e VI.

A Zona III contém o Cluster de Produção Integrada de Grãos e Alimentos (n. 5) em Ribáuè, que visa incentivar a agricultura em todas as escalas para a produção de sementes. O projeto cluster visa

envolver 1000 agricultores na produção de sementes. Para reduzir os riscos para os agricultores de pequena escala, cada agricultor que participa receberá 1 ha de sementes melhoradas para aumentar o rendimento da produção de culturas alimentares (feijão, milho, amendoim) para que eles possam manter a autossuficiência alimentar, durante sua transição para agricultores comerciais.

Um investimento inicial por uma única empresa pioneira para operar verticalmente ao longo da cadeia de valor está sendo procurado como forma de estabelecer o cluster. A empresa irá operar através da produção agrícola contratual, e será responsável pelos insumos e máquinas necessários para a produção de sementes. A empresa também será responsável pelo processamento das sementes a uma capacidade de 20.000 toneladas por ano. O relatório preliminar do ProSavana-PD argumenta que, para garantir que a Unidade de Processamento de Sementes opere a uma capacidade razoável (mínimo de 10.000 toneladas / ano), a empresa deve ser alocada 10.000 ha para o cultivo de sementes para abastecer a unidade, dos quais 8000 ha devem ser destinados à produção de sementes de soja, 1330 ha de algodão, 1.000 ha de girassol e 667 para a produção de sementes de milho (Relatório No.2 do ProSavana-PD).

De acordo com estimativas da equipe de estudo ProSavana, Ribáuè tem aproximadamente 28.000 ha de terra disponível.¹ No entanto, isso não significa que há um trecho contínuo de 10.000 ha, conforme necessário para a Unidade de Processamento de Sementes. Também é bem possível que a unidade de processamento de sementes terá que ser localizada perto de infraestrutura existente e, portanto, ser implementada em uma área já povoada, em vez de ser construída em uma área subdesenvolvida. Como resultado, mesmo que o projeto de cluster não vise apoiar empreendimentos de grandes propriedades rurais, há um risco de que algumas comunidades tenham que relocar.

O desenvolvimento da Unidade de Processamento de Sementes começará em 2014.

O Cluster de Produção de Algodão (n. 3) nas planícies Lioma no distrito de Gurue (zona IV) também visa estimular a atividade agrícola em várias escalas. Devido à elevada vulnerabilidade ambiental da região, novas expansões de propriedade agrícola devem ser cuidadosamente controladas, de acordo com a estratégia territorial (Relatório No.2 do ProSavana-PD). O cluster irá centrar-se principalmente no desenvolvimento de estruturas existentes, mas também tentará atrair investimento público e privado no desenvolvimento de infraestrutura. O plano do projeto de cluster indica que pode haver necessidade de relocação de algumas pessoas.

A atividade agrícola em grande escala também será promovida na zona VI, distrito de Majune, para desenvolver o Cluster de Produção Integrada de Grão (no. 1), uma vez que a área é caracterizada por baixa vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Os investimentos e manejo da produção e processamento de grãos serão da responsabilidade de uma empresa (“uma única entidade legal”), que deve alimentar a futura indústria avícola no distrito.

Esta empresa irá cobrir uma área total de 60.000 ha, dividida em cinco módulos de 9000 ha, cada um operando como produtores individuais. O plano é cultivar a terra através de uma rotação de culturas de milho, soja e girassol. Espera-se que a indústria de transformação entre em operação no quinto ano do projeto, e a indústria avícola em seguida. O plano é estabelecer cerca de 100 módulos avícolas com uma capacidade de produção anual total de 1 milhão de frangos.

1 A definição de “terras disponíveis” usada pelo programa ProSavana exclui terra que é coberta por florestas produtivas; áreas de conservação; manguezais; terras agrícolas; plantações florestais; plantações florestais para produção de madeira; dunas; leitos de rios; áreas residenciais; áreas florestais para agricultura itinerante; ranchos para animais selvagens; concessões (mineração e florestal); áreas de comunidades; e áreas onde iniciativas com apoio local e de doadores estão sendo desenvolvidas. A identificação de terras disponíveis concentra-se em parcelas maiores de 100 ha. Portanto, a expansão de propriedades rurais de pequeno e médio porte pode ser possível em áreas classificadas como não tendo terra disponível.

A pesquisa sobre o distrito ainda está em curso e não está incluída nos relatórios do projeto obtidos pela equipe de escopo porque o distrito de Majune foi adicionado ao Programa ProSavana no início de 2013. Segundo outras fontes, a área é pouco povoada, com apenas 2,6 habitantes por km² e as estatísticas oficiais indicam que a área sob cultivo é de 18.500 ha (Ministério da Administração Estatal 2005; Orgut de 2012). Como a área total do distrito é 1.152.000 ha, é plausível supor que mais terra é disponível para empreendimentos de grande porte em Majune do que em outros distritos. Embora sempre exista o risco de que as comunidades locais terão de ser realojadas para permitir que os investimentos e consequente transformação agrícola, a baixa densidade populacional desta zona significa que esses riscos são menores no distrito de Majune do que em áreas mais populosas do Corredor de Nacala.

A sociedade civil pode desempenhar um papel positivo no monitoramento dos potenciais requerimentos de realojamento decorrentes dos investimentos no distrito, para assegurar a proteção dos direitos dos agricultores e de conformidade com a legislação moçambicana e Princípios de Investimento Agrícola Responsável (PRAIs). Em particular, a sociedade civil pode trabalhar para verificar que os projetos e investimentos no âmbito do ProSavana cumpram com o objetivo do projeto de garantir que pessoas não sejam realojadas para áreas que não estejam ligadas às cadeias de valor que serão desenvolvidas.

No caso de investimentos de terra, é uma exigência legal que os investidores realizem consultas com a comunidade local e cheguem a um acordo para a transferência dos direitos de uso de terras pertencentes à comunidade. No entanto, essas consultas são por vezes realizadas apenas como uma promessa falsa feita junto à lei. A questão de quem representa e negocia em nome da comunidade é central (Kaarhus and Martins 2012). Muitas vezes, as autoridades tradicionais negociam com investidores em nome de até dezenas de milhares de membros da comunidade, que permanecem desinformados dos detalhes concretos do acordo e têm conhecimento de poucos caminhos para expressar suas queixas (Kaarhus and Martins 2012). Kaarhus e Martins (2012) sugerem que tais consultas podem ser melhoradas, convidando associações de agricultores locais para participarem nas consultas, ampliando assim a representação dos agricultores no processo de tomada de decisão.

Embora muitos relatórios de investimentos detalhem processos de aquisição de terras imperfeitos, é importante notar que, em vários casos, os investidores e as comunidades estabeleceram acordos e cooperação mutuamente benéficos, como visto com as empresas envolvidas em projetos-piloto do Prosavana. Portanto, é incorreto considerar os investimentos como sendo negativos. Saber se investimentos através do ProSavana acabarão beneficiando os pequenos produtores, portanto, não apresenta uma resposta única para todas as áreas ao longo do corredor; ou seja, enquanto alguns pequenos agricultores podem enfrentar reassentamento, os projetos do Prosavana podem oferecer outras oportunidades de prosperidade e mudança para pequenos agricultores.

4.2 Princípios de Investimento Agrícola Responsável (PRAIs)

Argumenta-se frequentemente que o investimento agrícola é desejável, desde que seja conduzido de forma responsável, e que não é uma questão de que se deve ou não investir na agricultura, mas como fazê-lo (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Organização da das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Fundo Internacional para a Agricultura e Desenvolvimento, e o Banco Mundial, 2010). O ProSavana assume uma postura semelhante.

Embora a maioria dos projetos se concentrem em pequenos agricultores e a agricultura contratual é promovida por grandes empreendimentos agrícolas, investimentos, no entanto, acarretam riscos para os grupos sociais mais vulneráveis. O ProSavana inclui recomendações para mitigar e compensar os riscos e as perdas sofridas pelos agricultores sujeitos a negociações de terra. Os Princípios de Investimento Agrícola Responsável (PRAIs) defendidos pelo ProSavana são baseados em sete princípios estabelecidos pela UNCTAD, FAO, FIDA e o Banco Mundial. Embora esses princípios sejam promovidos como diretrizes voluntárias da comunidade internacional, muitos deles foram incorporados na legislação moçambicana (por exemplo, agricultores sem direitos de uso formais

ainda têm direito legal sob a terra que ocupam; consultas com os ocupantes atuais são obrigatórias) e, portanto, não são voluntárias para os investidores que operam em Moçambique. Um representante do ProSavana afirmou que projetos que não estejam em conformidade com o PRAIs não serão elegíveis para operar com o apoio do ProSavana. O princípio subjacente a esta regra é que a saúde de um investimento depende em um bom relacionamento entre a empresa e as comunidades vizinhas, e que é do interesse dos investidores evitar conflitos.

Muitos agricultores que estabeleceram “negociações” com investidores descobriram que seus direitos legais bem desenvolvidos não são protegidos na realidade, e os conflitos decorrentes de investimentos em terra estão bem documentados (por exemplo, Theting and Brekke 2010; Hanlon 2011a; Kaarhus and Martins 2012). Como resultado, os direitos legais dos pequenos agricultores e as promessas de que os princípios de investimento responsável serão mantidos, têm oferecido pouco conforto para os agricultores envolvidos em negócios de terras com investidores. Um representante do ProSavana entrevistado observou que normalmente há uma disparidade entre as expectativas das comunidades e as intenções dos investidores em termos de indenização, o que desencadeia conflitos. Em outros casos, o montante da compensação acordada foi paga, mas não garantiu uma renda sustentável para as pessoas afetadas. Nesses casos, há um alto risco de conflitos que surgem mesmo depois que o investidor tenha cumprido suas promessas; segundo um representante do ProSavana, uma vez que as pessoas reassentadas usam o pagamento único da compensação, essas não têm outros meios viáveis de ganhar a vida. Por isso, o projeto reliminar do ProSavana-PD sugere que, em caso de reassentamento, vilas produtivas que liguem a clusters e cadeias de valor devem ser formadas, para oferecer às pessoas afetadas uma oportunidade de gerar rendimentos sustentáveis, porque eles também irão obter benefícios a partir das atividades de investimento (Relatório No.2 do ProSavana-PD). O plano preliminar exige que as comunidades afetadas estejam envolvidas no desenvolvimento do plano de reassentamento e DUATs sob à nova terra devem ser concedidos às pessoas relocadas.

Para reforçar a aplicação dos regulamentos de Moçambique e mitigar o risco de conflitos, o plano preliminar do ProSavana-PD faz as seguintes recomendações (Relatório No.2 do ProSavana):

- i. um organismo autônomo deve ser estabelecido para monitorar o processo de investimentos para garantir que esses aderem à legislação moçambicana e às melhores práticas, como apresentado no PRAIs.
- ii. informação clara sobre os regulamentos e melhores práticas esperadas devem ser disponibilizados para os interessados. Para alcançar isso, dois conjuntos de diretrizes serão criados, um servindo como informação para investidores potenciais para garantir que esses sejam familiarizados com suas obrigações; e outro dirigido a funcionários do governo para melhorar a sua capacidade de fazer cumprir regulamentos e conduta adequada durante todo o processo. Informações sobre os direitos à terra também serão divulgadas conjuntamente com projetos destinados a pequenos produtores.
- iii. a compensação dada aos agricultores deve visar a melhoria do nível de vida, e, no mínimo, as condições devem ser iguais às condições originais do agricultor.

No ambiente político atual de Moçambique, os investimentos em agricultura iriam ocorrer mesmo sem o programa ProSavana. Por isso, é justo afirmar que o ProSavana concentra-se nos pequenos agricultores e seus direitos; No entanto, não existem planos e mecanismos concretos para assegurar que esses direitos sejam protegidos. Estes objetivos devem ser traduzidos em projetos mais tangíveis, tendo em conta os últimos fracassos para garantir que os direitos dos agricultores sejam respeitados na prática.

4.3 Mudança para uma agricultura permanente

Um tema recorrente na estratégia do ProSavana-PD é incentivar os agricultores a trocar a prática da agricultura de pousio para uma agricultura permanente. Como descrito acima, acredita-se que as pressões da população e a expansão da agricultura em terras marginais sejam as principais causas da queda na produtividade ao longo do Corredor de Nacala.

Baixos insumos significam que os agricultores devem se engajar na agricultura de pousio em extensas áreas de terra para que possam manter a produtividade do solo, o que resulta em grandes extensões de terra ociosa. No entanto, as referidas terras não podem ser consideradas “livre” porque os pequenos agricultores precisam dessas para manter o seu nível de produção total ao longo dos anos. Como tal, esta terra “ociosa” está bloqueada em um sistema de agricultura de pousio e, para manter os níveis de produção, os agricultores precisam de uma área de terra duas ou cinco vezes maior do que a superfície efetivamente cultivada porque o solo leva um longo tempo para recuperar sua fertilidade (Relatório preliminar do ProSavana-PD, seção 4.1). Isso cria um grande constrangimento, devido o rápido crescimento populacional nas três províncias abrangidas pelo ProSavana, bem como o aumento do interesse dos investidores.

A abordagem do ProSavana para aumentar a produtividade envolve a melhoria do acesso dos agricultores a insumos (como sementes, fertilizantes e lavoura mecanizada) e treiná-los em técnicas agrícolas modernas. Maximizar o uso da terra envolverá o consórcio e rotação de culturas compatíveis (como milho e soja, caju e culturas alimentares), segundo um representante do ProSavana entrevistado.

De acordo com um representante do ProSavana entrevistado, a intensificação da agricultura e o aumento da produtividade por hectare vai liberar terras nas áreas densamente povoadas onde as pressões sobre a terra são altas. Ou seja, através do aumento da produtividade e a quantidade de terra cultivada, por meio da rotação eficaz de culturas complementares e o uso de insumos, as pressões da população sob a terra serão aliviadas. Os agricultores podem optar por expandir suas fazendas ou “vender” (transferir direitos de uso) algumas das terras anteriormente ociosas, e ao mesmo tempo, mantendo os níveis de produção originais da propriedade. Isso cria a oportunidade para que investidores encontrem terra nesse ambiente.

Observa-se, no entanto, que os agricultores tendem a ceder suas terras para investidores em vez de expandir a sua própria produção, pois muitos pequenos agricultores não têm a capacidade de usar mais terras efetivamente. Como não há posse de terra, apenas direito de uso, os agricultores não podem alugar terras para investidores (Kaarhus and Martins 2012). Portanto, os agricultores que detêm direitos de uso da terra correm o risco de receber apenas o pagamento único como compensação no momento em que os direitos são transferidos, em vez de receberem uma renda sustentável na forma de aluguel (representantes do Prosavana reconhecem isso como uma fonte de conflito). Outros (Åkeson et al 2009) argumentam que se as consultas são conduzidas de maneira correta, uma situação de ganho mútuo pode ser alcançada: “Os investidores obtêm sua terra, enquanto as comunidades podem se pronunciar em relação a como o investimento é realizado e obter recursos reais, os quais eles podem investir no seu próprio desenvolvimento - na terra que eles “deixaram” para aumentar a produtividade. Receber rendimentos de investimentos pode ser mais sustentável do que depender de ajuda contínua de doadores e organizações não governamentais (Åkeson et al. 2009, 11).

Além de grandes investimentos por parte de pessoas de fora, a demanda por terra vai continuar aumentando por causa do rápido crescimento populacional e o aumento das pressões populacionais. Sem oportunidades alternativas de emprego, as gerações futuras precisarão de maiores áreas de terra em produção. Isto resultará em um maior encolhimento do tamanho de propriedades rurais; a expansão de terras agrícolas à custa das florestas ou em terras marginais; ou a redução do pousio, o que poderia levar a uma recuperação insuficiente da fertilidade do solo. Consequentemente, novas quedas na produtividade podem acontecer. A intensificação e aumento da produtividade por hectare será, portanto, necessária para que a região alcance um crescimento estável e melhore a segurança alimentar.

4.4 Registro de DUATs e criação de um banco de dados sobre a terra

Uma das prioridades dos PIRs é o Projeto de Registro de DUAT (QIP 1). O PIR teve início em abril de 2013. O seu objetivo é formalizar os direitos legais de agricultores de pequeno e médio porte à terra que cultivam.

Várias organizações estão envolvidas em projetos semelhantes na região, como a Liga das Cooperativas dos Estados Unidos da América (CLUSA), a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), o Fórum Mulher, Conta do Desafio do Milênio (MCA-USAID) e a União das Cooperativas e Associações de Lichinga (UCA). No entanto, alguns especialistas argumentam que “muito mais esforços e recursos são necessários para obter direitos legais invisíveis em mapas oficiais e registros” (Norfolk and Tanner 2007, x). O PIR complementa as atividades em andamento, uma vez que implementa o processo em áreas não abrangidas por outros projetos de formalização, com o objetivo de que todos os distritos na área do ProSavana, eventualmente, passem por um processo de formalização dos direitos dos agricultores à terra. O PIR pretende basear-se diretamente nas experiências aprendidas pela MCA através da colaboração com a equipe do MCA.

Um DUAT pode fortalecer o senso dos agricultores de direito à terra durante as negociações com investidores e aumentar a conscientização dos agricultores sobre seus direitos à terra. Por exemplo, no Gurué, mulheres relataram que se sentiam capacitadas pelo processo de obtenção de DUAT durante um projeto de registro (Kaarhus and Martins 2012). Além disso, aqueles com um DUAT relataram que o crédito tornou-se de mais fácil acesso, o que permitiu que alguns agricultores aumentassem sua produção (Kaarhus and Martins 2012). Norfolk e Tanner (2007) argumentaram que o registro dos direitos dos agricultores sobre a terra é necessário, mas deve ser complementado com educação cívica e capacitação, porque até mesmo pessoas que têm conhecimento básico de seus direitos à terra podem não saber como fazer valer esses direitos, quando negociando com partes interessadas mais poderosas.

Com um crescente interesse em investimentos em terra, há uma crescente necessidade de formalizar os direitos à terra dos camponeses para fortalecer sua posição (Norfolk e Tanner 2007). Um consultor de terra e especialista sobre o processo de DUAT declarou em uma entrevista que, ao considerar os direitos formais à sua terra, os pequenos agricultores podem melhorar a sua capacidade de negociação e fortalecer as suas posições nas negociações com investidores. DUATs e terras delimitadas são fundamentos essenciais para os investimentos do agronegócio para ser eticamente aceitável, de acordo com o consultor.

Em áreas densamente povoadas, conflitos de terra são cada vez mais frequentes. Portanto, um conhecimento mais claro sobre a ocupação e uso de terra é necessário para gerenciar as pressões sobre a terra. Um dos principais problemas ligados aos grandes investimentos é a aquisição de um terreno já em uso pelos agricultores locais, o qual pode aparecer disponível, mas na realidade é parte do sistema de agricultura de pousio dos agricultores. A falta de fiscalização do uso da terra dificulta o processo de concessão de terra para investimentos e a identificação das partes interessadas. O aumento do número de DUATs registradas e o estabelecimento de uma base de dados de terras ocupadas e disponíveis tornará a tarefa dos funcionários dos distritos de identificar áreas de terra, para os investidores, menos onerosa e reduzirá o risco de conflitos de terra.

No entanto, de acordo com outros consultores de terra de Moçambique entrevistados, a formalização dos direitos de terra ameaça os membros mais vulneráveis em comunidades, caso o projeto não tenha sido planejado com cuidado. O processo de titulação de terras individuais cria oportunidades para a invasão de terra intracomunitária por membros da comunidade que são mais poderosos; as mulheres, quase certo, perdem os seus recursos para beneficiar seus parceiros masculinos. Qualquer projeto de DUATs deve, portanto, reconhecer as complexidades da distribuição de terra interna dentro das comunidades (Kaarhus and Martins 2012).

De acordo com relatórios de ONGs que trabalham no processo de DUAT, as mulheres tendem a não manifestar o seu interesse na obtenção de um DUAT se as reuniões de informação com as comunidades são realizadas com membros de ambos os sexos presentes. Quando as reuniões de informação foram realizadas separadamente para mulheres e homens, as mulheres mostraram interesse em adquirir DUATs, mas nenhuma delas conseguiu tomar a decisão, uma vez que elas sentiram a necessidade de obter a aprovação de seus maridos. Para envolver as mulheres, a ONG descobriu que os homens precisavam ser informados da importância de suas esposas obterem DUATs e incentivar suas esposas a participarem (Kaarhus and Martins 2012). Essa experiência demonstra a importância de planejar cuidadosamente o componente de gênero no projeto.

Além disso, para obter um DUAT, o requerente deve possuir um cartão de identificação, mas as mulheres são mais propensas que os homens a não terem um cartão de identificação (Kaarhus and Martins 2012). Se atividades de apoio para ajudar as mulheres a obter cartões de identificação não estão em andamento, elas podem ser vulneráveis a abandonar os direitos formais de suas terras para parentes do sexo masculino, em vez de obter um DUAT em seu próprio nome (Kaarhus and Martins 2012).

Um especialista em terras entrevistado sugeriu que DUATs sejam concedidos a pequenos agricultores em nível de comunidade como um grupo. Esta abordagem poderia ter o efeito de reforçar o poder de negociação da comunidade em negociações com investidores, através de unir os agricultores e aos seus títulos individuais. No entanto, a concessão de DUATs em nível de comunidade não ajudaria necessariamente as mulheres a garantir seus direitos à sua terra, pois normalmente elas perdem suas terras se elas são viúvas ou divorciadas (Kaarhus and Martins 2012). A ONG ORAM trabalha para remediar isso através de garantir títulos individuais para mulheres dentro de terras comunitárias delimitadas (Kaarhus and Martins 2012). Kaarhus e Martins (2012) recomendaram que o incentivo de DUATs para as mulheres deve ser a prioridade na delimitação de terra comunitária.

O PIR do ProSavana-PD dará prioridade aqueles classificados como mais vulneráveis (mulheres, idosos e doentes) e abre a possibilidade de desenvolver o projeto em nível de comunidade, não em nível individual. No entanto, não há informação se o projeto terá uma estratégia de gênero e o que essa estratégia abrangerá.

Apesar dos desafios ligados ao processo de formalização dos direitos à terra, Kaarhus e Martins (2012, 35) argumentaram que “isso ainda parece necessário e é a coisa certa a fazer”.

4.5 Os impactos potenciais sobre a floresta Miombo

A floresta Miombo abrange dois terços de Moçambique, e está concentrada na região norte do país. As partes ocidentais de Nampula e Niassa apresentam a maior cobertura florestal do Miombo e representam quase 45% do uso total de terra ao longo do Corredor de Nacala (Relatório preliminar do ProSavana-PD). As florestas fornecem serviços importantes às comunidades locais na forma de combustível, medicamentos, alimentos e materiais de construção (Salomão and Matose 2007). As comunidades locais têm uma “relação profunda” com as florestas de Miombo, de acordo com o documento de projeto do ProSavana-PD. Os mapas na Figura 5 e Figura 6 mostram a distribuição das florestas em Moçambique. Devido à alta densidade populacional em Nampula, uma pequena área de floresta permanece na parte oriental da província; em contraste, a Província de Niassa ainda tem grandes áreas de floresta.

Embora a exploração madeireira ilegal é uma ameaça séria para as florestas de Moçambique, a produção de carvão vegetal é uma das maiores causas de desmatamento (Tabela 15). Populações em áreas rurais e urbanas dependem de energia proveniente de madeira/carvão vegetal para cozinhar (Relatório preliminar do ProSavana-PD). A derrubada de florestas para atividades agrícolas é comum, especialmente em áreas densamente povoadas, como na parte oriental do Corredor de Nacala. Conjuntamente com a produção de carvão vegetal, a agricultura de corte e queima é uma das principais forças motrizes do desmatamento em Moçambique (Relatório preliminar do ProSavana-PD).

De acordo com o Departamento Provincial de Agricultura - setor florestal (DPA), o ProSavana vai se concentrar em áreas que já estão sob produção agrícola e que, portanto, não representam muita ameaça à expansão de terra à custa das florestas; além disso, o desenvolvimento do ProSavana geralmente não é incompatível com a conservação da floresta. No entanto, qualquer recomendação para converter uma área de floresta para outros usos produtivos será seriamente considerada pela DPA. áreas florestais perto das margens dos rios são um exemplo de áreas onde as florestas podem ter que dar lugar a empreendimentos de infraestrutura, de acordo com o DPA. Um consultor de terra e florestas entrevistado prevê que a exploração madeireira e o desmatamento provavelmente não serão um grande problema, uma vez que a JICA opõe-se ao desmatamento de florestas para a expansão agrícola sob o ProSavana (Caixa 2).

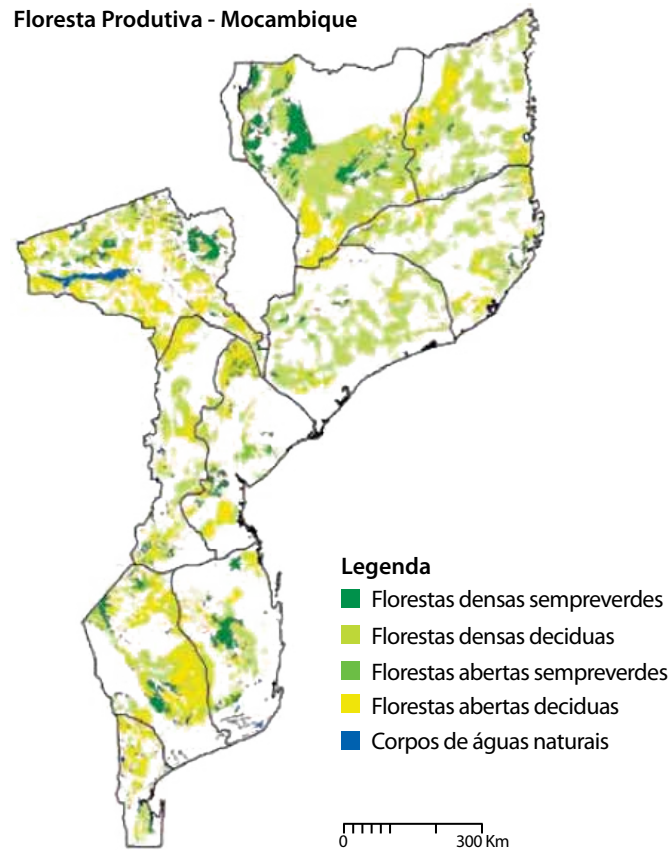


Figura 5. Florestas produtivas em Moçambique.

Fonte: German and Wertz-Kanounnikoff (2012, 29)

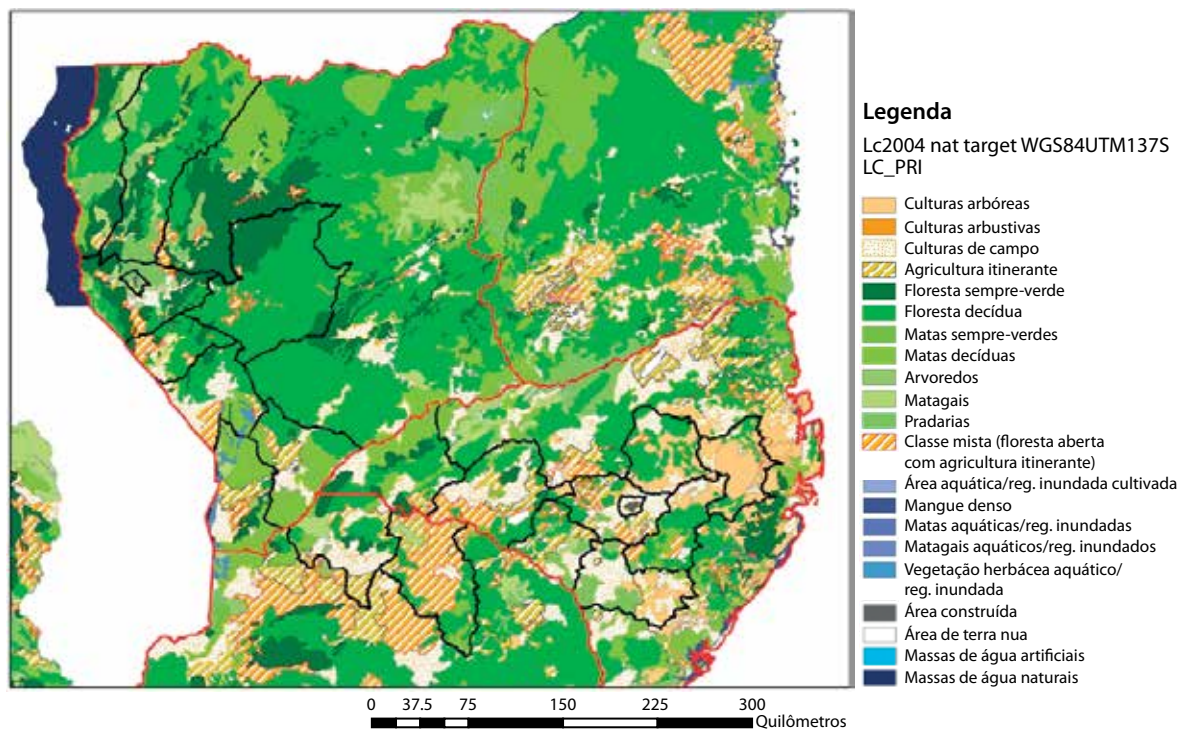


Figura 6. Cobertura florestal da área do ProSavana.

Fonte: Relatório Preliminar do ProSavana-PD

Tabela 15. Cobertura florestal e taxas de desmatamento em províncias abrangidas pelo ProSavana.

Província	Área de floresta ^a	Taxas de desmatamento
Nampula	35.5%	1.18%
Niassa	75%	0.22%
Zambezia	49%	0.71%

a Cobertura florestal é definida como tendo mais de 10% da área coberta por árvores com mais de 5 m.

Fonte: Relatório Preliminar do ProSavana-PD

Quadro 2. Áreas classificadas como sensíveis pelas diretrizes do JICA.

- Florestas primárias e naturais em áreas tropicais
- Habitats ecológicos importantes
- Habitat de espécies raras
- Áreas em perigo de acumulação significativa de sal e/ou erosão do solo
- Áreas com valor arqueológico, histórico ou cultural
- Outras áreas com valor social especial ligados a tradições indígenas e de grupos minoritários

Fonte: Relatório Preliminar do ProSavana-PD

Terra disponível adequada para o desenvolvimento do ProSavana foi identificada no distrito de Majune; o estabelecimento de propriedades agrícolas requer cinco parcelas de 9.000 ha cada. No entanto, a área é coberta por florestas Miombo e há risco de desmatamento dessas florestas. Dada a densidade populacional muito baixa no distrito, o desmatamento pode não ter um grande impacto socioeconômico negativo em geral, mas é motivo de preocupação para a conservação da biodiversidade.

O problema dos focos de desmatamento potencial é reconhecido nos documentos do ProSavana-PD. No entanto, os documentos afirmam que uma avaliação equilibrada entre os benefícios de florestas e os benefícios do desenvolvimento deve ser feita em cada caso para justificar qualquer desmatamento proposto. Os documentos também propõem que diretrizes devem ser desenvolvidas para determinar se uma área deve ser ambientalmente conservada ou ser objeto de desenvolvimento agrícola (Relatório preliminar do ProSavana-PD; Relatório No.2 do ProSavana-PD). Um funcionário do governo afirmou isso em uma entrevista, dizendo que os custos e benefícios devem ser avaliados para determinar os níveis aceitáveis de impacto negativo sobre o meio ambiente e como mitigar esse impacto: “Não devemos evitar completamente o desenvolvimento, porque há um custo para o meio ambiente, mas temos que encontrar o equilíbrio certo entre a melhoria da agricultura e da renda e a preservação dos recursos naturais.”

Os documentos do projeto ProSavana-PD solicitam um conjunto de normas e diretrizes para avaliar e julgar os níveis de desmatamento aceitáveis, em casos em que o desenvolvimento exige o desmatamento, a fim de determinar a conveniência de um projeto (Relatório preliminar do ProSavana-PD).

Três PIRs de prioridade pública foram identificados como tendo potencialmente um impacto negativo direto sobre as florestas próximas e por isso exigem uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) antes de eventual aprovação:

PIR 25: Melhoria das estradas e infraestrutura para atividades agrícolas

PIR 26: Projeto do ProSavana para Zona Especial Agrícola

PIR 28: Modelo de cluster de produção de alimentos para as famílias dos agricultores.

PIR 25 será implementado nos distritos de Gurué e Ngauma (zona V). Ele consiste em melhorar o acesso ao mercado através da construção de dois segmentos de estrada pavimentada entre o posto administrativo de Nintulo até Impisa (19 km) e entre Tota e Matamanba (17 km). A concepção e preparações do projeto começarão no início de 2014, com construção prevista para começar em 2015. Entre as medidas sugeridas para minimizar o desmatamento estão a de empregar planejamento de rotas ambientalmente conscientes, planejamento estrutural da estrada e metodologia de trabalho. Além disso, campanhas de conscientização do HIV / AIDS serão realizadas para mitigar os efeitos potencialmente adversos para a saúde causados pelo aumento da mobilidade de pessoas.

O PIR 26 será implementado na parte ocidental do distrito de Malema (zona III). Esse projeto consiste em formar cinco associações de agricultores de 200 famílias cada um para produzir culturas alimentares. A localização aproximada do projeto é apresentada na Figura 7. Cada família receberá um DUAT para 6,28 ha, dos quais 0,5 ha deve ser reservado para florestas. No entanto, sendo que o tamanho da propriedade média atual é de cerca de 1,25 ha por agricultor, isso pode significar que quase 5000 ha de terras adicionais devem ser identificadas, se cada família é deve ter 6,28 ha. Isto implica que a terra pode ser expandida, em detrimento da floresta. O projeto está programado para começar em 2014, com o estabelecimento de uma associação inicialmente, e outra associação adicionada a cada ano até 2018.

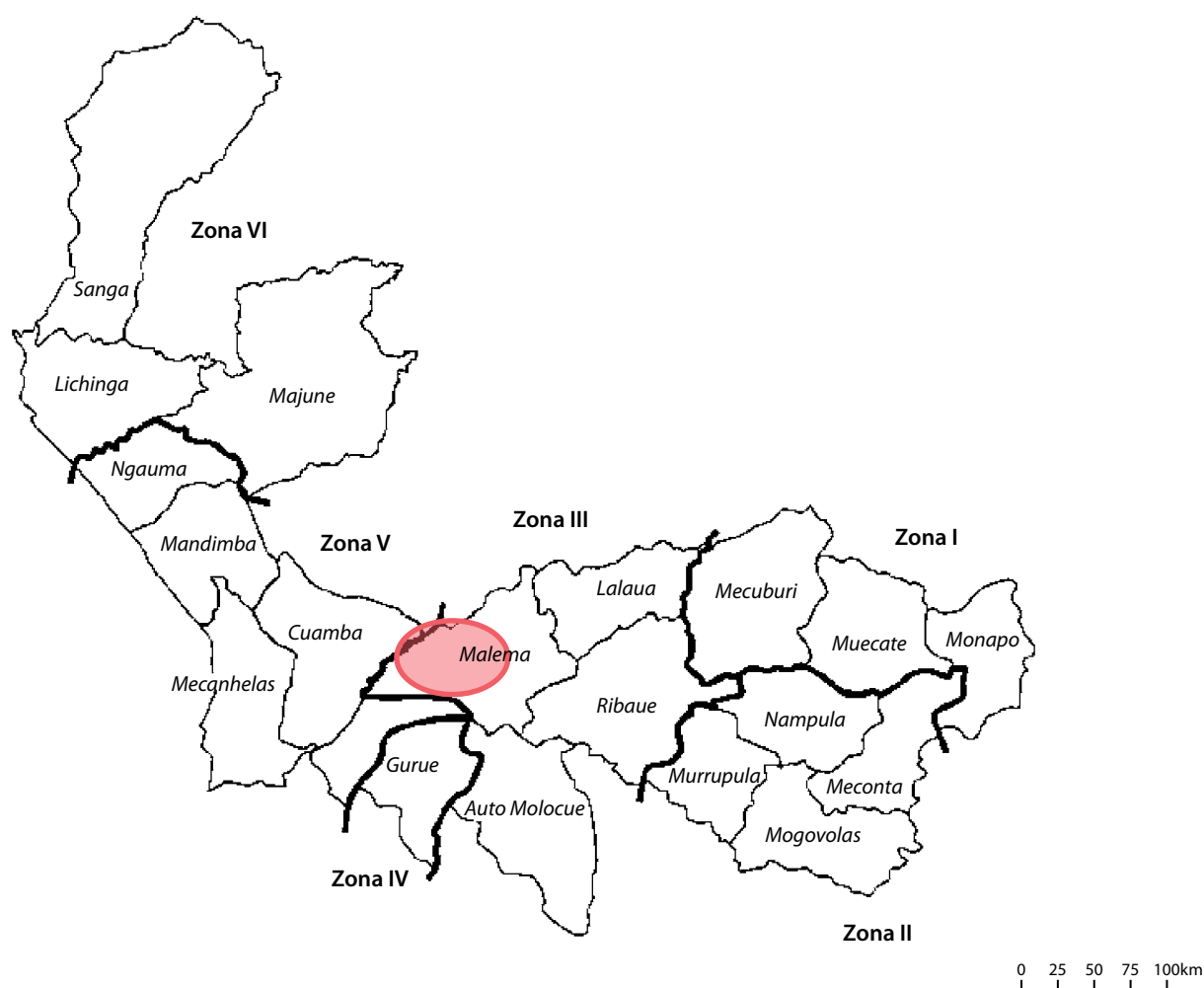


Figura 7. A área estimada do projeto PIR 26.

PIR 28 será implementado no distrito de Cuamba (zona V). Esse projeto inclui a criação de uma zona econômica agrícola em aproximadamente 500 ha. A fase de consultoria do projeto começará em 2014, com a exata localização a ser determinada em 2015.

Um levantamento científico da flora e fauna e uma avaliação ambiental e social estratégica estão sendo realizados para avaliar a validade do Plano Diretor em sua totalidade a partir de perspectivas socioambientais e fazer recomendações para correções no plano para evitar qualquer impacto adverso significativo e/ou irreversível no ambiente, identificado durante a avaliação (Relatório No.2 do ProSavana-PD). Esses estudos ainda não estão disponíveis ao público, mas entrevistas com representantes do Prosavana indicaram que as avaliações estão em andamento e quase completas.

Os PRAIs do ProSavana estipulam que as pessoas devem ser compensadas pela perda de recursos florestais resultantes do desmatamento de florestas (Relatório preliminar do ProSavana). No entanto, isso levanta a questão de como definir o valor sobre os serviços prestados pela floresta, como quantificar a compensação adequada, e decidir o tipo de indenização (monetária ou acesso a outros recursos de valor equivalente). Além disso, a questão da implementação permanece. Moçambique tem regulamentos bem desenvolvidos para beneficiar as comunidades locais; mas, como foi discutido na Seção 5.2, existe uma grande lacuna entre a prática e papel. O nível de proteção que os regulamentos para compensação oferecem às comunidades locais dependerá inteiramente a capacidade do governo de fazer cumprir estes regulamentos. A expansão de estradas e o fácil acesso a áreas anteriormente remotas, provavelmente irá aumentar a atividade econômica nestas áreas; embora isso possa ser desejável para o desenvolvimento, isso representa uma ameaça para as florestas.

Dois dos PIRs traçados no Plano Diretor visam evitar a exploração insustentável das florestas: criação de um Fundo Florestas (PIR 5) e fortalecimento do monitoramento e aplicação dos regulamentos ambientais (PRI 3).

O objetivo da iniciativa Fundo Florestas é angariar fundos por meio de atividades que geram impactos negativos sobre as florestas e canalizar essas para estabelecer viveiros de plantas públicos e privados em pequena escala. Em contraste com outras empresas que operam plantações de madeira, que abastecem a demanda industrial, esses viveiros iriam suprir o mercado local com biomassa (consumo de carvão vegetal e lenha). A ideia é que o envolvimento das comunidades locais no reflorestamento irá aliviar as pressões sobre as florestas nativas para a prestação destes serviços, e irá gerar fontes alternativas de renda e consumo para as pessoas. O fundo também é destinado para uso no desenvolvimento de outras atividades florestais, tais como a criação de corredores ecológicos e treinamento no manejo florestal e na exploração florestal sustentável. O projeto será executado inicialmente no Gurué, onde a oferta de biomassa é baixa e a vulnerabilidade ambiental é elevada, de acordo com um consultor do ProSavana; finalmente, será desenvolvido em toda a área do ProSavana. O projeto envolverá a colaboração com ONGs com conhecimento técnico na área.

O PIR 3 tem como objetivo fortalecer a capacidade do MICOA (Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental) através de apoio orçamental, aquisição de equipamentos, treinamento técnico e certificação de auditores ambientais. Além disso, o projeto tem como objetivo disseminar informações e aumentar a transparência através da criação de um banco de dados on-line de acesso público, contendo documentos do projeto sobre investimentos, relatórios da AIA e relatórios de supervisão. O projeto também incluirá atividades de conscientização da comunidade local sobre os PRAIs e seus direitos à terra (Relatório No.2 do ProSavana-PD) das comunidades locais.

O ProSavana provavelmente receberá tanto os impactos positivos como os impactos negativos sobre as florestas que cercam as áreas do projeto. Algum desmatamento ligado aos PIRs prioritários parece inevitável. Ao mesmo tempo, o ProSavana também propõe projetos destinados a reduzir o desmatamento através da criação de fontes alternativas de madeira e combustível e fortalecimento do monitoramento ambiental e aplicação da regulamentação ambiental. Como os detalhes dos projetos e suas localizações exatas ainda não foram determinados, não é possível quantificar o impacto nesta fase, tornando-se difícil se fazer uma avaliação geral.

4.6 Perspectivas das organizações da sociedade civil

Como pouca informação detalhada sobre o ProSavana tinha sido publicada no momento do estudo, membros da sociedade civil, como associações de agricultores e ONGs socioambientais, não tinha informações sobre o que ProSavana é e como esse afetará as comunidades locais. A maioria das organizações da sociedade civil entrevistadas se mostra cético sobre o ProSavana na melhor das hipóteses, e se opôs ao programa, no pior dos casos. A falta de confiança do potencial benefício do programa para os agricultores locais é em geral evidente.

Todas as ONGs e associações de agricultores entrevistados descreveram a falta de informação sobre o programa como uma grande preocupação. Com pouca informação disponível, associações de agricultores têm procurado respostas junto ao PROCEDER sobre como o ProSavana vai desempenhar. Como o ProSavana adotou o *slogan* “exportar a experiência brasileira”, a suposição foi de que o ProSavana será semelhante ao PROCEDER. A partir de reuniões da plataforma da sociedade civil em Nampula e entrevistas com membros da comunidade, tornou-se claro que muitas informações e percepções da sociedade civil em Nampula são provenientes da interação com uma ONG brasileira que tem feito campanha contra o PROCEDER no Cerrado. Como resultado, a percepção predominante é que O ProSavana trará agricultores brasileiros para estabelecer grandes propriedades agrícolas mecanizadas.

Esta crença combinada com a fracassada tentativa de defender o direito dos agricultores à terra diminuiu qualquer confiança de que os agricultores serão justamente compensados em caso de reassentamento. Como resultado, a UNAC publicou uma carta em outubro de 2012 afirmando sua oposição ao programa.

Em março de 2013, uma série de reuniões abertas com a sociedade civil foram realizadas para divulgar informações e responder a perguntas sobre o ProSavana. As reuniões foram bem recebidas por membros da sociedade civil entrevistados, mas preocupações sobre os detalhes do programa permaneceram. Embora, em geral, o ProSavana foi visto mais positivamente após essas reuniões, algumas associações e organizações de maior porte estão hesitantes em aceitar a validade da informação dada a eles pelo governo, mantendo a crença de que os agricultores brasileiros irão invadir grandes extensões de terra de agricultores moçambicanos e que o modelo utilizado será da agricultura em larga escala, como no Cerrado.

Outras organizações entrevistadas afirmaram que queriam ter um papel ativo no programa e que sentiram que elas e seus recursos não tinham sido devidamente incluídos no processo. Essas organizações argumentaram que com seus conhecimentos locais poderiam oferecer assistência e conselhos úteis para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala e desempenhar um papel importante para garantir que as comunidades locais se beneficiem. Além disso, essas organizações criticaram as reuniões de informação devido ao aviso de curto prazo, o que impediu algumas partes interessadas de participarem.

No entanto, outras ONGs que trabalham em questões relacionadas ao ProSavana, como aquelas que promovem a soja como cultura comercial e os registros de DUAT para pequenos agricultores, têm uma visão mais positiva do ProSavana. Elas afirmaram que estavam aguardando com interesse por uma colaboração potencial, mas que ainda não tinham informações suficientes sobre o programa.

4.7 Rumores de grilagem de terras devido ao ProSavana

Três fontes afirmaram que tinham ouvido falar de casos em que as comunidades já haviam sido solicitadas a reassentarem-se devido as atividades do ProSavana, mas foram incapazes de nomear essas comunidades ou suas localizações. Duas comunidades foram nomeadas como estando possivelmente sujeitas à reassentamento devido ao ProSavana: comunidade Muazia no distrito de Nampula e a comunidade Nacoma em Meconta. Por razões logísticas, somente a comunidade em Muazia foi visitada.

Os agricultores em Muazia disseram que não foram solicitados a deixar suas terras ou reassentar em outras áreas. Além disso, os documentos do projeto preliminar do ProSavana desestimula grandes investimentos de terra em Meconta e Nampula.

Os agricultores tomaram conhecimento sobre o ProSavana quando eles participaram de um seminário dirigido por uma ONG brasileira, que forneceu informações sobre o modelo Cerrado e advertiu-lhes que eles estão correndo risco de perder suas terras. Os agricultores reiteraram que eles não estavam claro sobre o que é o ProSavana e que não tinham recebido nenhuma informação oficial do governo. Eles manifestaram a sua insatisfação por não terem sido consultados sobre o programa, especialmente porque eles sabem que o ProSavana será implementado no futuro.

A informação sobre o ProSavana é um desafio, devido a uma variedade de línguas faladas ao longo do corredor, a falta de proficiência em Português e os altos índices de analfabetismo. De acordo com um funcionário do governo trabalhando no ProSavana, a divulgação de informações sobre o programa é uma tarefa demorada, porque eles têm que visitar cada comunidade para falar com os agricultores. A disseminação começou no início de 2012, mas a frequência foi baixa até o final de 2012, quando a frequência dessas reuniões aumentou. Os documentos do projeto que vazaram revelam que o trabalho de comunicação foi impedido por falta de fundos, mas foi reiniciado no final de 2012; essa mudança, provavelmente, é o resultado do aumento da pressão da sociedade civil para mais informações sobre o ProSavana.

5 Conclusão

O programa ProSavana tenta transformar o setor agrícola ao longo do Corredor de Nacala, promovendo a colaboração entre pequenos e médios agricultores e investidores. Ele opera no princípio de que a questão não é se deve-se fazer investimentos no setor agrícola, mas sim como tais investimentos devem ser feitos.

Em contraste com a crença generalizada, o ProSavana não é uma réplica do PROCEDER. Em reconhecimento da heterogeneidade da região, várias estratégias territoriais e modelos de gestão foram desenvolvidos para atender às condições locais. Estratégias sensíveis ao contexto foram elaboradas com base em pesquisas sobre a região para coordenar investimentos públicos e privados e construir cadeias de valor.

A julgar por entrevistas com representantes do Prosavana e documentos do projeto, é claro que o programa está estreitamente alinhado com as prioridades do PEDSA e CAADP, e que esse visa pequenos e médios agricultores como beneficiários na maior parte dos projetos, enquanto permite que os investidores gerem lucro. No entanto, como em qualquer grande transformação, mesmo que o impacto do programa seja em geral positivo, é quase certo que algumas esferas serão prejudicadas e terão que fazer concessões para que essa mudança aconteça.

Dado o estado atual de declínio da produtividade, a estagnação dos níveis de pobreza e aumento da pressão populacional sobre a terra, e a preservação do *status quo* representaria um fracasso em termos de apreciar os desafios e restrições que os agricultores da região lutam para superar. A questão torna-se então: “Como minimizar os impactos adversos e como compensar os agricultores que sofrem perdas com esses impactos?”

Como o programa ainda está em seus estágios iniciais, ainda não é possível medir os potenciais impactos adversos. Os documentos do projeto ProSavana e entrevistas com representantes indicam que as questões serão abordadas através do desenvolvimento dos PRAIs (Princípios de Investimento Agrícola Responsável); embora, como esses PRAIs não foram finalizados, é difícil avaliar a sua eficácia. Muitos investimentos no passado fizeram promessas da boca para fora em termos de cumprir regulamentações, por isso questões sérias são levantadas sobre a forma como os PRAIs e as leis moçambicanas podem ser tornarem mais eficazes e serem cumpridas.

O programa ProSavana sugere que um organismo autônomo seja estabelecida para verificar que os acordos entre os investidores e as comunidades sejam honrados e que os processos de aquisição de terras em conformidade com as leis e melhores práticas. A criação de tal organismo poderia constituir um PIR em si mesmo, com o objetivo de mitigar os riscos de conflitos, perdas e exploração de partes interessadas vulneráveis. Ao mesmo tempo, mecanismos para quantificar as perdas sofridas pelas comunidades locais, nos casos em que os investimentos restringem o seu acesso à terra e/ou florestas precisam ser estabelecidos de forma mais concreta.

Embora a maioria dos projetos e iniciativas do ProSavana pareçam visar pequenos e médios agricultores como beneficiários, e grandes investimentos serão desenvolvidos como parte do agroprocessamento e através da promoção da agricultura contratual, é claro que as comunidades também terão que se envolver cada vez mais com investidores; experiências anteriores entre investidores e comunidades indicam que investimentos podem colocar agricultores em risco. Novas salvaguardas para garantir os direitos dos pequenos agricultores à terra em relação aos investidores são necessárias.

A ideia de criar um organismo autônomo, conforme descrito no relatório preliminar do ProSavana-PD para assistir e monitorar os processos de investimento e seu impacto nas comunidades locais deve ser mais explorada, e sugestões concretas para a sua criação devem ser feitas. A criação deste organismo pode constituir uma parte importante da estratégia e dos projetos do ProSavana e ofereceria uma plataforma para organizações da sociedade civil locais oferecem seus conhecimentos. O plano preliminar do ProSavana-PD não contém nenhuma sugestão concreta para a criação de um mecanismo para determinar o nível de compensação e para definir o valor dos serviços informais prestados às comunidades locais pelas terras, rios e florestas. O estabelecimento de tais medidas ou mecanismos é, sem dúvida, uma tarefa difícil, mas é importante para garantir um processo de transformação justo. Diretrizes mais desenvolvidas e concretas para ajudar as partes interessadas no processo de negociação seriam bem-vindas.

Mais atenção deve ser dedicada à capacitação e estrutura das consultas à comunidade, tais como treinamento de facilitadores que podem assegurar que as consultas sejam mais inclusivas e que todos os agricultores afetados recebam as informações necessárias. Facilitadores bem treinados iriam beneficiar os investidores, bem como, ajudar os investidores na identificação de oportunidades para boas relações sustentáveis com as comunidades vizinhas. O treinamento de facilitadores que podem organizar consultas comunitárias eficazes poderia ser incluído no programa ProSavana como um PIR separadamente.

É claro que o ProSavana reconhece os vários riscos socioambientais associados aos seus projetos. No entanto, alguns membros da sociedade civil estão questionando se tais riscos estão recebendo atenção e prioridade suficientemente adequada, nesta fase, dado o fracasso passado dos “princípios de investimento responsável” para garantir que as negociações entre os pequenos agricultores e os novos investidores sejam justas e a baixa capacidade da lei de terras de Moçambique de proteger os direitos das comunidades locais.

Como o ProSavana é uma iniciativa de cima para baixo, prioridade deveria ser dada à comunicação, acesso à informação por (e para) grupos da sociedade civil, e caminhos potenciais para a colaboração. A incapacidade de implementar uma estratégia de comunicação eficaz levou à alienação de algumas organizações locais que poderiam servir como parceiros úteis para o programa ProSavana. Os documentos do projeto ProSavana indicam a intenção de colaborar com organizações como a UNAC, mas no ambiente atual, não é claro como tais parcerias serão construídas. Relacionamento poderiam ser reparados através do desenvolvimento de uma plataforma mais forte para inclusão e partilha de informação entre os governos provinciais, doadores e organizações da sociedade civil na região.

Em contraste com relatos da mídia, o ProSavana não é uma réplica do PROCEDER do Brasil com um foco primário em investimentos de terras de larga escala. Pelo contrário, é um programa ambicioso que visa desenvolver cadeias de valor agrícolas ao longo do Corredor de Nacala, concentrando-se na comercialização de pequenos e médios agricultores e investir no agroprocessamento. Ainda é incerto se o programa conseguirá concretizar suas aspirações.

Referências

- Aabø E and Kring T. 2012. *The Political Economy of Large-Scale Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Livelihoods/Employment Creation in Rural Mozambique*. WP 2012-004: UNDP Regional Bureau for Africa
- Agência Brasileira de Cooperação and Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2011. *Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferencia de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala em Mocambique* <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>
- Bloomberg. 2012 *Brazil gains in reaching out to Africa*. http://www.nytimes.com/2012/08/08/world/americas/brazil-gains-in-reaching-out-to-africa.html?_r=0
- Cabral L and Weinstock J. 2010. *Brazil: An emerging aid player: Lessons on emerging donors, and South-South and trilateral cooperation*. Briefing paper no 64. London: Overseas Development Institute.
- Cabral L and Shankland A. 2013. *Narratives of Brazil–Africa cooperation for agricultural development: New Paradigms?* Working paper 051. Brighton, UK: Future Agricultures.
- Cabral L and Shankland A. 2012. *Transferring Brazilian agricultural successes to African Soil: A reality check*. Brasilia: International Policy Centre for Inclusive Growth.
- Chichava S, Duran J, Cabral L, Shankland A, Buckley L, Tang L and Zhang Y. 2013. *Chinese and Brazilian cooperation with African agriculture: The case of Mozambique*. Working paper 049. Brighton, UK: Future Agricultures.
- Deininger K and Byerlee D. 2011. *The rise of large farms in land abundant countries: Do they have a future?* Washington, DC: World Bank. Policy Research Working Paper 5588
- Fingermann, N. 2013. *Os mitos por trás do PROSAVANA*. Instituto de Estudos Sociais e Economicos, Boletim IDEIAS no 49. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf
- Funada Classen S. 2013. *Analysis of the discourse and background of the ProSavana Programme in Mozambique, focusing on Japan's Role*. <http://farmlandgrab.org/post/view/21574>.
- German L and Wertz-Kanounnikoff S. 2012. *Sino-Mozambican relations and their implications for forests: A preliminary assessment for the case of Mozambique*. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- GRAIN. 2012. *Brazilian megaproject in Mozambique set to displace millions of peasants*. <http://www.grain.org/article/entries/4626-brazilian-megaproject-in-mozambique-set-to-displace-millions-of-peasants>
- Hanlon J. 2011a. *Understanding Land Investment Deals in Africa: Mozambique*. Oakland, CA: Oakland Institute.
- Hanlon J. 2011b. *Big shifts in farm policies*. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130881.pdf>.
- Hanlon J and Smart T. 2012. *Soya boom in Gurue has produced few bigger farmers – so far*. [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Soya_boom_in_Gurue_Hanlon-Smart_updated-2013\(1\).pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Soya_boom_in_Gurue_Hanlon-Smart_updated-2013(1).pdf)
- Hosono A. 2012. South–South/triangular cooperation and capacity development. In Kato H. *Scaling Up South–South and Triangular Cooperation* (p.43-63). Tokyo: JICA Research Institute.
- Jaiantilal D. 2013. *Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA*, Observador Rural. http://omrmz.org/images/publicacoes/Observador_Rural_N_7.pdf.
- John de Sousa S. 2010. *Brazil as an Emerging Actor in International Development Cooperation: A Good Partner for European Donors?* German Development Institute.
- Kaarhus R. and Martins S. 2012. *How to Support Women's Land Rights in Mozambique? Approaches and Lessons Learnt in the Work of Four Main Organisations*. Oslo: Norad.
- Lin J and Chang H-J. 2009. Should industrial policy in developing countries conform to comparative advantage or defy it? A debate between Justin Lin and Ha-Joon Chang (p. 483–502). *Development Policy Review*.

- Makino K. 2013. The inclusive development approach among farmers, private partners and government through the promotion of responsible investment for agricultural development. In Kato *For Inclusive and Dynamic Development In sub-Saharan Africa* (p. 119-141). Tokyo: JICA Research Institute.
- Norfolk S and Tanner C. 2007. *Improving tenure security for the rural poor; Mozambique – country case study*. Maputo, Mozambique: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Norfolk S. 2009. *Policy, Legal and Institutional Assessment Framework: Large-Scale Land Acquisition for Agricultural Production*. Maputo, Mozambique.
- ORGUT. 2011. *Reality checks in Mozambique: Building better understanding of the dynamics of poverty and well-being*. Maputo, Mozambique: Swedish Embassy.
- Pauw K, Thurlow J, Uaeine R and Mazunda J. 2012. *Agricultural Growth and Poverty in Mozambique: Technical Analysis in Support of the Comprehensive Africa Agriculture Development Program (CAADP)*. International Food Policy Research Institute.
- MINAG 2010. *Strategic Plan for Agricultural Development (PEDSA) 2010–2019: For an integrated, prosperous, competitive and sustainable agriculture sector*. Maputo, Mozambique: Ministry of Agriculture
- Perfil do distrito de Gurue, Provincia da Zambezia* (2005) Ministerio de Administracao de Estatal
- Perfil do distrito de Ribaué, Provincia da Nampula* (2005) Ministerio de Administracao de Estatal
- Perfil do distrito de Majune, Provincia da Niassa* (2005) Ministerio de Administracao de Estatal
- Rodrik D. 2004. *Industrial Policy for the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Harvard University.
- Sakaguchi K. 2012. Japan–Brazil Partnership Program: A framework for triangular cooperation. In Kato H, editor. *Scaling Up South–South and Triangular Cooperation*. Tokyo: JICA Research Institute (227-239).
- Salomão A. and Matose F. 2007. *Towards community-based forest management of miombo woodlands in Mozambique*. Bogor, Indonesia: CIFOR. <http://www.cifor.org/miombo/docs/CBNRMMozambique1207.pdf>
- Sender J, Oya C and Cramer C. 2006. *Lifting the blinkers: A new view of power and poverty in Mozambican rural labor markets*. Conference paper no 36. London: School of African and Oriental Studies.
- Theting H and Brekke B. 2010. *Land Investments or Land Grab? A Critical View from Tanzania and Mozambique*. Spire. Oslo, Norway
- UNAC *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana*. <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>
- United Nations Conference on Trade and Development, World Bank, International Fund for Agriculture Development, and Food and Agriculture Organisation 2010 *Principles for Responsible Agricultural Investments (PRAI)*. <http://unctad.org/en/Pages/DIAE/G-20/PRAI.aspx>
- World Bank. 2009. *Awakening Africa's Sleeping Giant: Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond*. <http://siteresources.worldbank.org/EXTARD/Resources/336681-1231508336979/SleepingGiantFinal.pdf>

DOI: 10.17528/cifor/006293

Os Documentos de Trabalho do CIFOR contêm resultados preliminares ou avançados de pesquisas sobre questões florestais tropicais que precisam ser publicados em tempo hábil para informar e promover o debate. O conteúdo destes documentos é revisado internamente, mas não passa pela revisão por pares externos.

Este estudo faz parte de um projeto maior, Novas Tendências de Desenvolvimento Sul-Sul e Floresta Africana, realizado no Gabão, Moçambique e Camarões. Em Moçambique, o projeto concentrou-se no programa trilateral Brasil-Japão-Moçambique ProSavana. Durante o início do estudo, havia pouca informação ou trabalho existente sobre o tema. Este documento deve, portanto, ser tratado como um estudo preliminar. Durante o curso deste estudo, apenas alguns artigos baseados em pesquisa de campo foram publicados, e os primeiros resultados estão, em grande parte, alinhados com esta pesquisa. Este trabalho complementa a literatura existente, através de adicionar a profundidade de entrevistas de campo em Nampula e Zambézia, bem como uma análise do relatório preliminar do ProSavana, o qual se tornou disponível em maio de 2013.

Este documento revela grandes equívocos sobre o programa ProSavana e o modelo agrícola que será implementado pelo programa. A inadequação da equipe do programa ProSavana em comunicar de forma eficaz a missão, os métodos e o conteúdo do programa, tem levado a sociedade civil a olhar para o Proceder em busca de pistas sobre como o ProSavana se desenvolverá em Moçambique. No entanto, os resultados das visitas de campo, entrevistas com várias partes interessadas e uma revisão dos documentos do projeto ProSavana apresentados neste estudo revelam que o ProSavana não será uma réplica do PROCEDER e as estratégias propostas se alinham bem com a estratégia agrária de Moçambique, conhecido como PEDSA e, por extensão o Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP). O ProSavana deve, portanto, ser avaliado por seu próprio mérito.



**PROGRAMA DE
PESQUISA SOBRE
Florestas, Árvores e
Agroflorestas**

Esta pesquisa foi conduzida pelo CIFOR, como parte do Programa de Pesquisa do CGIAR sobre Florestas, Árvores e Agroflorestas (FTA). Este programa colaborativo visa melhorar o manejo e o uso de florestas, agroflorestas e recursos genéticos de árvores distribuídos por toda a paisagem, de florestas a fazendas. O CIFOR lidera o FTA em parceria com Bioversity International, o CATIE, o CIRAD, o INBAR, o Tropenbos International e o Centro Mundial Agroflorestal.



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL

cifor.org | blog.cifor.org



Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisas para servir de base para as políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um centro de pesquisa do CGIAR. Nossa sede fica em Bogor, na Indonésia, com escritórios na Ásia, África e América Latina.

